

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO

SAMARA APARECIDA DO CARMO RODRIGUES

**INFORMALIDADE E O PROCESSO DE TRABALHO DOS TRABALHADORES
OCUPADOS EM *FOOD TRUCKS* DA PRAÇA DE JARDIM CAMBURI**

VITÓRIA

2022

SAMARA APARECIDA DO CARMO RODRIGUES

**INFORMALIDADE E O PROCESSO DE TRABALHO DOS TRABALHADORES
OCUPADOS EM *FOOD TRUCKS* DA PRAÇA DE JARDIM CAMBURI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Salesiano, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.(a). Vicente de Paulo Colodeti

VITÓRIA
2022

SAMARA APARECIDA DO CARMO RODRIGUES

**INFORMALIDADE E O PROCESSO DE TRABALHO DOS TRABALHADORES
OCUPADOS EM *FOOD TRUCKS* DA PRAÇA DE JARDIM CAMBURI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Salesiano, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof. Vicente de Paulo Colodeti – Orientador

Prof.^a Alaísa de Oliveira Siqueira

Prof.^a Elisangela Maria Marchesi

Dedico o meu trabalho a Amora e Luiz.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do curso de Serviço Social que através de seus ensinamentos permitiram que eu pudesse concluir mais essa etapa da vida acadêmica.

Em especial as professoras Virginia Pertence Couto e Alaísa de Oliveira Siqueira pelo carinho e dedicação ao longo desses quatro anos.

Ao professor e orientador Vicente de Paulo Colodeti que depositou sua confiança ao me escolher para ser sua orientanda em um Projeto de Iniciação Científica e por seguir comigo até o final. Sua dedicação e paciência tornou possível a realização desta pesquisa.

A minha parceira de turma e amiga para a vida, Jisely Meira de Queiroz que esteve comigo em todas as etapas, compartilhando todas as conquistas durante a trajetória acadêmica.

A minha mãe, Elizabete, que sempre me incentivou e torceu pelo meu sucesso todos os dias.

A minha avó, Aladir, por todo amor e apoio.

Ao meu pai, João, por todo amor e dedicação.

E por fim, aos que participaram da pesquisa, pela colaboração e disposição no processo de obtenção dos dados.

O capitalismo gera o seu próprio coveiro.

Karl Marx.

RESUMO

O mercado de trabalho informal ganha espaço nos momentos em que as empresas passam por reestruturações no que se refere ao uso de novas tecnologias e ao processo de flexibilizações nas relações de trabalho. O objetivo geral da pesquisa foi analisar o processo de trabalho dos trabalhadores ocupados em *food trucks*, tendo como objetivos específicos elaborar um panorama local sobre a informalidade e investigar os trabalhadores capixabas ocupados em *food trucks*. A pesquisa foi feita através de informações qualitativas e quantitativas coletadas no ano de 2021 por meio de entrevista com uma proprietária de *food truck* de forma online e questionários aplicados diretamente aos proprietários dos *food trucks* na praça de Jardim Camburi – Vitória/ES. Verificou-se através dos resultados que o processo de trabalho se configura como precário. A partir dessas informações pode-se concluir que o mercado de trabalho nos dias atuais ainda expressa características de exploração e flexibilização.

Palavras-chave: Trabalho informal. *Food Trucks*. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

The labor market gains informal space at times when companies undergo restructuring with regard to the use of new technologies and the process of flexibility in labor relations. The general objective of the research was to analyze the work process of workers employed in food trucks, with the specific objectives of elaborating a local panorama on informality and investigating Espírito Santo workers employed in food trucks. The research was carried out through qualitative and quantitative information collected in the year 2021 through an online interview with a food truck owner and questionnaires applied directly to the food truck owners in Jardim Camburi square – Vitória/ES. It was verified through the results that the work process is configured as precarious. Based on this information, it can be concluded that the labor market today still expresses characteristics of exploitation and flexibility.

Keywords: Informal work. Food trucks. Labour market.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Faixa etária dos proprietários de <i>food truck</i> – 2021 - Vitória.....	56
Tabela 02 – Tempo de existência do <i>food truck</i> – 2021 – Vitória	58
Tabela 03 – Dias trabalhados dos proprietários de <i>food trucks</i> – 2021 - Vitória	60
Tabela 04 – Horas trabalhadas dos proprietários de <i>food trucks</i> – 2021 - Vitória.....	61
Tabela 05 – Tamanho do <i>food trucks</i> em metros quadrados – 2021 - Vitória.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Frequência percentual do gênero dos proprietários de <i>food trucks</i> – 2021 – Vitória	51
Gráfico 02 – Frequência percentual da cor dos proprietários de <i>food trucks</i> – 2021 – Vitória -	52
Gráfico 03 – Frequência percentual dos níveis de escolaridade dos proprietários de <i>food trucks</i> – 2021 – Vitória	53
Gráfico 3.1 – Frequência percentual dos níveis de escolaridade por gênero feminino dos proprietários de <i>food trucks</i> – 2021 – Vitória	54
Gráfico 3.2 – Frequência percentual dos níveis de escolaridade por gênero masculino dos proprietários de <i>food trucks</i> – 2021 – Vitória	55
Gráfico 04 – Frequência percentual da faixa etária dos proprietários de <i>food trucks</i> – 2021 – Vitória	56
Gráfico 05 – Frequência percentual dos entrevistados em relação à ocupação em outra atividade laboral concomitante à atuação no <i>food truck</i> – 2021 – Vitória	57
Gráfico 06 – Frequência percentual dos entrevistados em relação à ocupação com carteira de trabalho assinada anterior ao trabalho no <i>food truck</i> – 2021 – Vitória	58
Gráfico 07 – Frequência percentual dos entrevistados do gênero masculino em relação a outro negocio anterior ao <i>food truck</i> – 2021 – Vitória	59
Gráfico 08 – Frequência percentual dos entrevistados do gênero feminino em relação a outro negocio anterior ao <i>food truck</i> – 2021 – Vitória	60

LISTA DE SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNRH – Conselho Nacional dos Recursos Hídricos

IBGE – Instituto Nacional de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUDENE – Superintendência do Governo do Nordeste

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	23
1.1 OBJETIVOS.....	24
1.1.1 Objetivo geral	24
1.1.2 Objetivos específicos	24
1.2 JUSTIFICATIVA.....	25
2 REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	27
2.2 TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA	31
2.3 INFORMALIDADE.....	33
2.3.1 Trabalho informal no Brasil.....	34
2.3.1 A informalidade como solução para o mercado de trabalho	41
3 METODOLOGIA.....	47
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA.....	51
4.1 INFORMAÇÕES GERAIS	51
4.2 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO	57
4.3 CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO	60
4.4 ENTREVISTA REALIZADA COM PROPRIETÁRIO DE UM <i>FOOD TRUCK</i>	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	67

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	71
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....	73
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) .	83

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso aborda o fenômeno da informalidade e tendo como questionamento fundamental a seguinte pergunta: Como se dá o processo de trabalho dos trabalhadores ocupados em *food trucks* de uma praça de Jardim Camburi localizada em Vitória no ano de 2021?

O interesse por esse estudo surgiu mediante a participação desta pesquisadora em um projeto de iniciação científica vinculado ao Centro Universitário Salesiano, cuja linha de pesquisa voltou-se ao trabalho por conta própria e objetivou a construção de um perfil laboral da população ocupada em *food trucks* do mercado de trabalho capixaba.

O funcionamento dos *food trucks* em Vitória (ES), até o momento da pesquisa empreendida para este trabalho enquadrou-se na Lei 8.809 de 27 de maio de 2015, no Decreto 16.381 de 14 de agosto de 2015 pela Portaria Conjunta 04 de 3 de outubro de 2017. Esses documentos estabelecem de forma criteriosa o funcionamento, as obrigações e as sanções a respeito desse tipo de comércio.

Com base nos documentos supracitados, é considerado *food trucks* “[...] veículos automotores com equipamentos montados sobre si ou rebocados por estes [...]” (VITÓRIA, 2015) que prestam serviços direto ao comércio de alimentos ao consumidor. O funcionamento dos mesmos ocorre mediante a autorização concedida pela Prefeitura Municipal de Vitória através de editais públicos específicos. Mediante a isso, os *food trucks* precisam ser compatíveis com as regras dispostas nos documentos legais citados acima, onde devem se adequar ao tipo de veículo, os alimentos comercializados, condições sanitárias e higiênicas, locais ocupados, dias e horários de funcionamentos e ao uso de cadeiras e mesas, tendo em vista seus tamanhos e quantidades.

É necessário apontar que a permissão para a comercialização de alimentos concedida pela Prefeitura Municipal de Vitória, até o momento desta pesquisa, era permitida de forma exclusiva aos sujeitos que possuísem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), fossem microempreendedores individuais ou não. Essa exigência estimulava o empreendedorismo na região e proporcionar uma formalização para atividade realizada, uma vez que obtendo o registro, em tese, o indivíduo poderia

ter acesso à cobertura previdenciária e ao microcrédito. contratar funcionários, emitir nota fiscal e pagar impostos. Dessa forma, o sujeito geraria uma renda para si mesmo e para o município.

Diante da permissão concedida, os donos dos *food trucks* também passariam a contar com os serviços legais previstos pela gestão municipal de Vitória, tais como a manutenção de limpeza do local onde acontece a comercialização, a conservação adequada dos equipamentos utilizados, o respeito ao código de trânsito referente ao uso das vias públicas, o zelo pelo patrimônio público e o pagamento de tributos, preços públicos e encargos específicos ao município, que podem variar de acordo com o bairro onde o sujeito irá atuar.

Dito isso, é possível afirmar que a regulamentação desse tipo de comércio na região de Vitória (ES), se enquadrou dentro do modelo nacional de geração de trabalho e renda que se refere aos anos de 1990, década essa que foi marcada pela política neoliberal, pela desestruturação do mercado de trabalho formal e pelas iniciativas de flexibilização das atividades laborais (ANTUNES, 2000; HARVEY, 2013) cujos reflexos atingem de forma direta a classe trabalhadora até os dias atuais. Esse período desencadeou mudanças significativas no mundo do trabalho, gerando um grande aumento da chamada informalidade, que de acordo com Sabadini e Nakatani (2002) é vista como um espaço econômico permitido pelo capital, ou seja, desempenha funções de exploração da força de trabalho mesmo não participando de forma direta da produção de mais valia.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

- Analisar o processo de trabalho dos trabalhadores ocupados em *food trucks* de uma praça de Jardim Camburi – Vitória/ES.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Elaborar um panorama local sobre informalidade.

- Investigar os trabalhadores capixabas ocupados em *food trucks* sobre sua trajetória de vida laboral.

1.2. JUSTIFICATIVA

De acordo com as pesquisas nacionais elaboradas pelo Instituto Brasileiro Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o mercado de trabalho se divide em 14 categorias laborais, mas somente 4 objetivam o presente objeto de estudo, a saber: empregador, empregado com carteira assinada, empregado sem carteira assinada e trabalhador por conta própria.

Ainda tomando como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) essas categorias são definidas dentro do mercado de trabalho da seguinte forma: o empregador é o sujeito que explora o seu próprio negócio com pelo menos 1 funcionário; o trabalhador por conta própria é a pessoa que atua em seu próprio negócio sozinha ou com sócio, sem empregados, com ajuda ou não de um trabalhador remunerado; o empregado com carteira é o trabalhador que tem vínculo empregatício realizado através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); o empregado sem carteira é o trabalhador que não tem qualquer vínculo legal referente a CLT.

A partir dessa categorização o Instituto Brasileiro Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) afirma que os trabalhadores que se encaixam no setor informal são denominados como trabalhador por conta própria e trabalhador assalariado sem vínculo legal com a Legislação Trabalhista, ou seja, se configura como empregado sem carteira assinada. Seguindo a mesma linha, é possível separar essas categorias em “empresários” e “potenciais empresários”, que remete aos sujeitos que possuem registros ou não no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sendo inseridos na categoria do formal e informal.

Dito isso, é importante destacar que 313 mil pessoas passaram a atuar como trabalhadores informais, somando um percentual de 40,7% da população brasileira (IBGE, 2022). Esses dados evidenciam as condições que o mercado de trabalho atual se encontra, demonstrando as consequências advindas do processo de desestruturação do mercado de trabalho, da flexibilização e da política neoliberal.

Com base nos dados citados, os ocupantes em *food trucks* capixabas acabam se encaixando dentro de uma das 4 categorias do mercado de trabalho já elencadas, o que torna relevante o estudo sobre o processo de trabalho desse contingente de trabalhadores. Dessa forma o objeto de estudo deste trabalho torna-se relevante por sua busca em expandir a compreensão da forma pela qual trabalhadores capixabas de nosso entorno se inserem no sistema de classes sociais do modo de produção capitalista, além de possibilitar o entendimento do processo de trabalho desses indivíduos denominados “empresários” do comércio alimentício de rua, uma vez que um dos compromissos da Prefeitura Municipal de Vitória é gerar trabalho e renda através do estímulo ao empreendedorismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir deste capítulo, buscaremos lançar luz sobre o nosso objeto de estudo a partir de três categorias fundamentais, a saber: a reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de trabalho, o trabalho por conta própria e, por fim, a informalidade. Vale mencionar que será feito a partir de uma seleção de autores críticos ao modelo societário atual entre os quais, destacamos ANTUNES (2001), HARVEY (2013) e MARX (2017).

2.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Durante boa parte do século XX, o modelo de produção de mercadorias do modo de produção capitalista sofreu inúmeras mudanças, principalmente no que se refere ao mundo do trabalho. Ao referir-se a tal assunto, Antunes (2000) diz que essas transformações aconteceram na forma de inserção na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política.

Sabendo que foi um período de grandes mudanças dentro do universo fabril, se faz necessário apontar o modelo de produção fordista, que ao entendimento de Harvey (2013) foi um modelo que conseguiu difundir-se através da visão de Henry Ford em reconhecer um novo sistema de produção da força de trabalho.

Se tem então uma base de produção fordista verticalizada, com um padrão produtivo fragmentado, repetitivo e mecanizado, que usava da organização científica taylorista para se ter uma produção de mercadorias em massa, introduzindo um maior controle na esfera produtiva, intensificando as formas de exploração. Foi implantado nos países industrializados e teve uma grande ascensão no período de pós-guerra, onde os países de capitalismo avançado tiveram o aumento de suas taxas, permanecendo estáveis dentro do crescimento econômico (ANTUNES, 2001).

Sua expansão se tornou cada vez maior, principalmente quando se aliou ao keynesianismo. Contudo, Harvey (2013) comenta que esse modelo de produção não conseguiu se manter e conter as contradições que são advindas do capitalismo, uma

vez que se tinha problemas com os investimentos de longo prazo, produção em massa, contratos de trabalho, dificuldades com os compromissos do Estado, tais como a seguridade social, direitos de pensão, que faziam parte dos programas de assistência. Apesar das tentativas de superar esses problemas, não foi possível evitar o esgotamento do modelo de produção fordista.

Dito isso, esse esgotamento ficou conhecido como crise do fordismo, porém para Antunes (2001) tem um significado mais profundo e complexo, significava uma crise estrutural do capital. A partir disso, se configura na economia e na sociedade em geral um quadro crítico: se tem a queda da taxa de lucro por conta do aumento da força de trabalho, a crise do Estado do bem-estar social, a diminuição dos gastos públicos e sua transferência para o privado, dentre outros elementos.

Como forma de responder a essa crise, iniciou-se a reorganização do capital, que de acordo com Antunes (2001) usou de um processo intenso de reestruturação da produção e do trabalho. Sendo assim, esse processo de reestruturação buscava remodelar os sistemas de produção e organização das empresas através do desenvolvimento de tecnologias e novas formas de gestão e organização de trabalho com características mais flexíveis para a produção de mercadorias, com destaque no novo modelo de produção, o Toyotismo.

O avanço tecnológico e produtivo permitiu que o sistema de produção japonês ganhasse espaço e condições para disputar o mercado, uma vez que com a crise do capital se teve uma desordem no cenário econômico dos países. Antunes (2001) expressa que com a organização, a intensificação do trabalho junto ao trabalho em equipe e controle sindical, tal modelo foi considerado um meio de superar a crise que se instaurou no declínio do modelo de produção fordista.

O modelo japonês ficou conhecido por utilizar um sistema *just in time*, para que o tempo fosse melhor aproveitado, o operário atuava em várias máquinas de forma simultânea, mantinha um número reduzido de trabalhadores, pois dentro das empresas a preferência era de trabalhadores qualificados e multifuncionais. Com sua expansão, se teve o aumento das empresas subcontratadas, a ampliação das horas extras, bem como um conjunto de trabalhadores temporários (ANTUNES, 2001).

Essas mudanças de acordo com Antunes (2000) afetaram diretamente a classe trabalhadora, uma vez que não seria apenas o trabalhador a se tornar flexível, mas

também os seus direitos, ou seja, sua força de trabalho ficaria a disposição direta das necessidades do mercado consumidor. Para Harvey (2013) essas mudanças expressam a passagem para um regime novo de acumulação, denominado acumulação flexível.

Surge como uma forma de enfrentar a crise do capital estrutural, constituindo o novo impulso da expansão da produção de mercadorias através de um suporte tecnológico que permitia uma maior organização da exploração do trabalhador assalariado. Dessa forma, Harvey (2013) caracteriza tal modelo de acumulação como um confronto direto com a rigidez do fordismo, que se apoia na flexibilidade do mercado de trabalho, bem como nos padrões de consumo.

Marcada por diversas mudanças rápidas nos padrões de desenvolvimento, a acumulação flexível abre espaço para que os empregadores tenham um maior controle sobre uma força de trabalho, além de ter abalado o trabalho organizado, culminou em níveis altos de desemprego e no retrocesso do sindicato (HARVEY, 2013).

Dessa forma o mercado de trabalho se tornou instável, possibilitando a inserção dos novos contratos de trabalho flexíveis, onde o aumento da competição e a diminuição das margens de lucros levaram ao enfraquecimento do trabalhador e dos sindicatos, que estavam perdendo forças dentro do novo modelo de acumulação, pois com o grande crescimento do trabalho parcial, temporário e subcontratado, o modelo regular de trabalho foi perdendo espaço dentro das empresas. Ao enfatizar isso, Harvey (2013) apresenta o mercado de trabalho através de uma estrutura:

O centro [...] se compõe de empregados em “tempo integral condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização”. Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem [...] A *periferia* que abrange dois subgrupos bem distintos. O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado [...] com menos acesso a oportunidades de carreira. [...] O segundo grupo periférico “oferece uma “flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação [...] tendo ainda menos seguranças de emprego do que o primeiro grupo periférico. (HARVEY, 2013. p. 144)

Essa estrutura demonstra que a tendência do mercado de trabalho é reduzir cada vez mais os trabalhadores que estão inseridos na categoria regular, aumentando a contratação de força de trabalho flexível para não gerar gastos nas empresas, pois

essa categoria pode ser facilmente demitida, uma vez que não se tem os mesmos direitos e benefícios de um trabalhador permanente.

Harvey (2013) considera que essa mudança dentro da estrutura do mercado de trabalho gerou oportunidades de formação de pequenos negócios, mas também abriu espaço para o trabalho doméstico, familiar e paternalista, que implicam diretamente na organização da classe trabalhadora, visto que para manter um sindicato é necessário se ter um número alto de trabalhadores dentro das empresas, o que não é viável quando se fala nessas formas de organização de trabalho.

Dito isso, se faz necessário frisar que os sindicatos estavam cada vez mais distantes do sindicalismo e dos movimentos sociais. Sendo controlados pelo modelo de acumulação flexível para se manter dentro das empresas, dessa forma estavam fadados a subordinação do capital (ANTUNES, 2000).

Pode-se observar então que o mundo do trabalho passou por diversas mudanças durante o processo de acumulação flexível, sendo uma das principais, a diminuição da classe operaria industrial. Antunes (2000) ainda realça que o resultado mais cruel dessas transformações foi o aumento do desemprego, tendo por consequência o crescimento do subproletariado, seguindo do trabalho precário. Nesse período foi reduzido o poder de trabalhadores homens, dando espaço para o trabalho feminino.

Harvey (2013) sustenta que as novas estruturas do mercado de trabalho contribuíram ainda mais para a exploração do trabalho feminino, uma vez que se encontravam em condições precárias, com um salário baixo, ocupando o lugar de um trabalhador homem que gerava mais custos. Essa situação acontece devido ao retorno do trabalho doméstico de cunho patriarcal, possibilitando a exploração da força de trabalho feminino extremamente vulnerável com baixa segurança e negligenciável.

A expansão do trabalho feminino foi marcada pelo trabalho precarizado, inserido em uma categoria considerada *informal* com uma diferença de salário gritante se comparado aos dos homens. Além de se ter uma jornada de trabalho extensa dentro das fábricas, a mulher precisa exercer seu trabalho em casa, ou seja, é explorada duplamente pelo capital (ANTUNES, 2000).

Além dessas mudanças, se tinha uma divisão de categorias dentro do mercado de trabalho, a saber: trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e informal. Antunes (2000) aponta que essas categorias não oferecem ao trabalhador uma

segurança, pois são empregos de baixa remuneração, com ausência de proteção sindical, estão fora das leis vigentes em relação aos direitos trabalhistas, configurando em modalidades precárias de trabalho. Diante disso, os trabalhadores são expostos a longas jornadas de trabalhos para manter a produtividade, sendo que com o crescimento da economia e o aumento do desemprego, se torna mais difícil manter um emprego permanente. Para se manter dentro de um mercado flexibilizado, trabalhadores buscam se encaixar em uma das categorias citadas, principalmente o mercado informal.

Sabendo que a reestruturação produtiva levou a níveis gritantes de desempregos, Soares (2008) realça que a grande parte da população desempregada tende a buscar alternativas para manter sua sobrevivência, buscando atividades que estão fora das determinações típicas do sistema capitalista, que muitas das vezes são precárias e são classificadas como trabalho informal.

Diante disso, será abordado no próximo item o trabalho por conta própria como um componente do trabalho informal.

2.2 TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA

A categoria conta própria, de acordo com Prandi (1978), dispõe de uma gama de trabalhadores que desempenha tarefas de pouca ou quase nenhuma capitalização. Sendo assim, esses trabalhadores estão expostos a uma condição de trabalho precária e, geralmente, de baixa qualificação. Além disso, o trabalhador por conta própria se difere do trabalhador assalariado dentro da esfera produtiva, uma vez que se diferenciam quanto às formas pelas quais se submetem ou não ao capital.

Prandi (1978) compreende que a existência dessa categoria desde épocas passadas estava fadada a desaparecer, porém sobreviveu às margens do modo de produção capitalista. Seguindo a mesma linha de considerações, o trabalhador por conta própria acaba por se mostrar fora da oposição trabalho assalariado/capital, ou seja, esse trabalhador não vende sua força de trabalho ao capital e não dispõe de capital para comprar força de trabalho de terceiros, sendo seu próprio patrão e seu próprio empregado.

Dito isso, é importante destacar que há uma diferenciação dos trabalhadores por conta própria, ora sendo classificados como trabalhadores regulares, ora como trabalhadores irregulares. Os trabalhadores irregulares vivenciam uma situação de trabalho instável e precária, esperando sempre uma oportunidade de um emprego assalariado, sendo assim, o indivíduo ao se inserir no trabalho por conta própria irregular em condição de espera se torna concorrente direto do trabalhador assalariado. Já o trabalhador regular se vê como um grupo independente dos interesses dos trabalhadores assalariados, principalmente os pequenos proprietários, comerciantes e profissionais liberais (PRANDI, 1978).

No que diz respeito à relação entre o trabalho por conta própria, as classes sociais e a acumulação capitalista, Prandi (1978) aponta a necessidade de situar como os trabalhadores por conta própria se inserem na esfera de acumulação capitalista, uma vez que o trabalho por conta própria é, em larga medida, possibilitado pela geração insuficiente de empregos, deixando a população excedente à mercê do trabalho precário. Diante desse cenário, fica visível as consequências do crescimento do trabalho por conta própria, uma vez que essas atividades não dão garantia de trabalho e renda para o indivíduo, tais consequências são derivadas das contradições do sistema capitalista.

Dessa forma, a população excedente busca soluções se inserindo no autoemprego que expressa de certa forma uma diminuição do chamado “exército industrial de reserva” (MARX, 2017). Além disso, ao manter essa reserva de trabalhadores na esfera do trabalho por conta própria, o capital acaba por desviar uma parte relevante de suas mercadorias produzidas pelas relações laborais assalariadas para o consumo das famílias dos trabalhadores por conta própria, retroalimentando a própria acumulação capitalista, ainda que indiretamente.

O trabalhador por conta própria, de todo modo, sofre uma dupla expulsão do mercado de trabalho, uma através da expulsão e a outra por opção. Prandi (1978) frisa que muitas das vezes as duas opções estão juntas, pois uma é usada para dar suporte para outra, sendo assim a expulsão é mascarada pela opção. Quando se fala em expulsão, é importante ressaltar que um trabalhador só é expulso do mercado de força de trabalho quando suas condições físicas e suas habilidades não permitem mais

competir no mercado. Já no que diz respeito à opção, isso somente acontece se o trabalho for socialmente útil e ocorre quando é destruído ou coagido ao deslocamento.

No Brasil, o trabalho por conta própria tem uma importante participação nos setores de comércio de mercadorias e em atividades artesanais dentro das comunidades periféricas. O que se faz necessário enfatizar que esse tipo de trabalho muitas vezes não é desempenhado apenas como uma alternativa para obter uma renda, mas como uma forma de complementar o rendimento para suprir as necessidades mínimas. Destaca-se, de todo modo, que a sobrevivência do trabalhador por conta própria depende de duas condições, sendo a primeira atrelada à propriedade de seus próprios instrumentos de trabalho, e a segunda voltada para a necessidade de mercado dos produtos produzidos, ou seja, de mercadorias que tenham valor de uso e valor de troca (PRANDI, 1978).

Dito isso, é notório que o assalariamento é um fator que não depende só de opções, mas sim de oportunidades, uma vez que o mercado de trabalho tem sofrido inúmeras mudanças com a desestruturação produtiva que flexibilizou ainda mais os empregos. Levando a entender que a atividade por conta própria acaba se tornando uma opção para contornar as dificuldades postas pelo mercado de força de trabalho (MARX, 2017; PRANDI, 1978). Diante desse cenário, fica visível as consequências do crescimento do trabalho por conta própria, uma vez que essas atividades não dão garantia de trabalho e renda para o indivíduo, tais consequências são derivadas das contradições do sistema capitalista.

Veremos no próximo item como o trabalho informal passou a ser visto como uma solução para o mercado de trabalho brasileiro e como o trabalho por conta própria ganhou espaço diante das mudanças no sistema capitalista.

2.3 INFORMALIDADE

Será trabalhado nesse capítulo alguns aspectos das mudanças no mundo do trabalho e como tem afetado a classe trabalhadora, apresentando as consequências advindas de um governo neoliberal e do seu processo de desestruturação que levou ao

desemprego em massa e a uma maior flexibilização no mercado de trabalho. Tomando como abordagem principal o conceito de exército industrial de reserva e superpopulação estagnada para descrever sobre o fenômeno do trabalho informal e do trabalho por conta própria que ganhou espaço diante das mudanças que ocorreram dentro do processo de mudança na acumulação capitalista.

2.3.1 Trabalho informal no Brasil

Segundo Sabadini e Nakatani (2002), as constantes mudanças na acumulação capitalista têm afetado de forma significativa o mundo do trabalho contemporâneo no mundo e no Brasil. Reflexo disso é o grande aumento da chamada informalidade. Dessa forma, os autores em questão entendem que apesar de parecer algo relativamente novo, a informalidade (ou o trabalho informal) é algo antigo, constatado logo no início da Revolução Industrial. Período esse que, de acordo com Hobsbawn (2017), iniciou-se na década de 1780 e revelou inúmeras mudanças significativas no âmbito econômico e social, obrigando os trabalhadores a se adequarem a um novo ritmo de trabalho utilizando máquinas a vapor, algo que possibilitou a mecanização do trabalho.

Dito isso, Hobsbawn (2017) aponta que mesmo com automação do trabalho, ainda era necessário a força de trabalho humana nessa nova realidade industrial. Sendo assim, o trabalhador passou a ser submetido à exploração do trabalho com a qual ensejou-se a modalidade propriamente capitalista de geração e apropriação de riqueza por meio das classes proletária e burguesa.

Segundo Hobsbawn (2017), com essa transição, o trabalhador perdeu domínio sobre o seu tempo de trabalho e não reconheceu mais o produto de suas atividades laborais, ou seja, passou, gradativamente, a estar sujeito a uma forma de alienação,¹ na qual o trabalho diante das máquinas passou a ser desqualificado e o produto desse, fundamentalmente, expropriado por uma classe.

¹ “[...] o termo refere-se a uma sensação de estranhamento da sociedade, grupo, cultura ou do eu individual, que as pessoas comumente experimentam quando vivem em sociedades industriais complexas [...]” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 07).

Esse processo de industrialização possibilitou o aumento das indústrias e a migração do campo para as cidades, onde a acumulação dos lucros para a classe mais rica foi intensificada de forma significativa. Com a exploração da mão de obra permitiu-se o pagamento de salários baixos e o aumento da jornada de trabalho, deixando os trabalhadores em situação de miséria e descontentamento.

Outro aspecto levantado por Hobsbawm (2017) é que a passagem para o século XIX foi marcada pelas consequências do processo de industrialização momento no qual grandes indústrias passaram a manter pressão sobre os operários, permitindo ainda mais a alienação dos mesmos e mantendo um trabalho cada vez mais precarizado.

Oliveira (2004) aponta que se tem a exploração do trabalhador nas mais diversas formas, principalmente no modo de organização e mecanização da produção de trabalho. Ainda nesse período, as grandes indústrias passaram a utilizar de novas tecnologias, mais mecanizadas, de forma a intensificar o ritmo de trabalho e produção.

Durante o período que se estende até o século XX, se teve grandes mudanças no mundo do trabalho. As inovações tecnológicas permitiram o crescimento das indústrias e sua automatização, levando a expansão da ocupação assalariada. Com isso, Costa e Tambellini (2009) realçam que esse modelo assalariado de trabalho era baseado em uma produção em massa, com aumento significativo da produtividade, no qual o trabalhador era submetido a condições precárias de trabalho, sem garantias e baixo salário.

No que se refere a um novo modelo de produção, Antunes (2000) destaca a linha de produção fordista. Configura-se como uma produção em massa que utiliza a linha de montagem caracterizada pela separação entre produção e execução dentro do processo de trabalho e que predomina grande parte da indústria capitalista, características essas que a partir da década de 1970 passaram a apresentar esgotamento dessa estratégia de produção e iniciou uma série de dificuldades de acumulação pela classe burguesa. Estavam criadas as condições para a era da flexibilização e da subcontratação, ou seja, da chamada “acumulação flexível” (HARVEY, 2013). Não por acaso, o toyotismo, de acordo com Antunes (2000), tem sua produção baseada no consumo imediato e com o melhor aproveitamento do tempo de produção, rompendo com a visão do trabalho parcelado usado no fordismo, além de ser estruturado através de horas extras, trabalhos temporários e subcontratações.

Dessa forma, Antunes (2000) aponta que para o Toyotismo o processo de produção deveria ser flexível, com uma grande intensificação da exploração do trabalho. Dentro desse modelo de produção as consequências são visíveis para a classe trabalhadora, além da flexibilização do trabalho, se tem a perda dos direitos trabalhistas e o aumento dos empregos temporários, flexibilizando ainda mais as relações de trabalho entre o capitalista e o proletariado.

Dito isso, Sabadini e Nakatani (2002) apontam que essas mudanças podem ser vistas a partir dos anos de 1970, década a partir da qual iniciou-se o esgotamento das políticas keynesianas² as quais foram dominantes por 30 anos, ou seja, entre os anos 1940 e 1970. A esse esgotamento dá-se o nome de crise do capital de 1970 fortemente causada por uma queda acentuada da taxa de lucro e pelo enfraquecimento do estado de bem-estar social.

Antunes (2000) aponta como sendo o **mote ideológico** para explicação da crise do capital de 1970: as organizações sindicais dos trabalhadores, a rigidez fordista de produção do mercado e os contratos de trabalho protegidos. Essas seriam as causas principais dessa crise de acordo com os pensadores da classe burguesa daquele momento. Essa crise provocou uma série de consequências para a classe trabalhadora que sofreu de forma direta com o aumento das taxas de desempregos e a precarização das relações de trabalho, resultando em um aumento significativo dos contratos de trabalhos temporários, bem como a perda dos benefícios sociais, que de forma histórica foram conquistados pelos trabalhadores, e o aumento das atividades informais.

Por conta daquela crise a produtividade do trabalho diminuiu e com isso o capital precisou aumentar a força produtiva do trabalho, mas para além da produção da mais valia,³ se tinha a necessidade de acabar com as formas de organizações dos trabalhadores e destruir qualquer ato que pudesse ser contra os interesses do capital. Dessa forma, Sabadini e Nakatani (2002) demonstram que o capital direcionou suas

² “[...] abordagem das questões políticas, sociais e econômicas do capitalismo avançado que torna válido o estado assumir um papel de liderança na promoção do crescimento e do bem-estar material e na regulação da sociedade civil [...]” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 408)

³ Entende-se com mais valia o conceito abordado por Marx (2017) que é a extensão da jornada de trabalho para além do necessário para a própria reprodução da força de trabalho daquele que produz, ou seja, é a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador.

ações diretamente para a classe trabalhadora, tornando o mercado de trabalho flexível e tendencioso ao uso de trabalhos em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Esse aspecto também é comentado por Harvey (2013) que aponta com a acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Tal processo permite que se tenha uma maior pressão e controle do trabalho diante de um quadro de desemprego intenso dentro dos países capitalistas avançados. Dito isso, o mercado de trabalho enfrentou um aumento da competição e do estreitamento dos lucros, dando margem para os patrões se aproveitarem da situação para estabelecer formas de trabalhos mais flexíveis.

Isso vem de encontro ao que Antunes (2000) compreende, visto que esse aborda as mutações dentro do universo da classe trabalhadora, que pode variar de setor para setor. Isso faz com que se tenha uma desqualificação dos setores e a desespecialização do operário industrial, levando a distribuição da massa de trabalhadores entre os temporários, parciais, subcontratados e terceirizados.

Dando continuidade a mesma linha de representações sobre o mercado de trabalho na era da acumulação flexível, Harvey (2013) faz a divisão da força de trabalho em dois grupos: o primeiro grupo consiste em empregados em tempo integral com habilidades disponíveis no mercado, já o segundo grupo é caracterizado por aqueles trabalhadores que oferecem uma flexibilidade ainda maior, no caso os empregados em tempo parcial. Assim, o primeiro grupo está inserido na classificação dos que têm uma alta rotatividade e menos acesso às oportunidades do mercado e o segundo grupo se encontra dentro da subcontratação e empregos temporários com um risco ainda maior de voltar para a categoria do desemprego.

A saber sobre esses dois grupos, é necessário enfatizar que a flexibilização das relações laborais tende a ser algo negativo no âmbito do trabalho, uma vez que esse novo regime não agrega os benefícios que um emprego dito formal – leia-se, trabalho protegido por direitos sociais – normalmente comportaria. Diante disso, essa forma de flexibilização, de acordo com Harvey (2013), não inclui a segurança no emprego, níveis salariais e a cobertura de seguros. Essa flexibilização acabou gerando uma diminuição do trabalho protegido, possibilitando o crescimento do trabalho informal, permitindo assim que houvesse perdas dos direitos trabalhistas, uma vez que essa forma de trabalho não se encontrava dentro das leis trabalhistas.

Sabadini e Nakatani (2002) enfatizam que a informalidade é vista como um “espaço” econômico permitido pelo capital. Em outras palavras, a informalidade é parte funcional e subsumida da produção de valores de troca e, portanto, desempenha funções de exploração da força de trabalho mesmo quando aquela não participa diretamente da produção de mais valia.

Já especificamente no caso brasileiro, Sabadini e Nakatani (2002) destacam a importância em observar que o mercado de trabalho ao longo do século XX passou por inúmeras mudanças em seus setores econômico e industrial haja visto por conta mesmo do aumento da população formalmente assalariada nos centros urbanos o fortalecimento de uma categoria de trabalhadores que se utilizava de relações laborais às margens da legislação trabalhista, ou seja, os trabalhadores informais.⁴

Mesmo com os avanços na industrialização do País, a dualidade entre trabalho formal e trabalho informal se fez e ainda se faz muito presente. Para entender essa dualidade, o termo usado por Marx (2017) como “superpopulação estagnada”⁵ comporta a referência de que os trabalhadores que formam essa superpopulação desempenham algum tipo de atividade, mesmo que atividades fora dos padrões, sendo-a no caso brasileiro, aquelas atividades situadas à margem da legislação trabalhista.

Em suma, Oliveira (2010) aponta que o contexto nacional brasileiro pós anos 1980, após cerca de 80 anos de desenvolvimento de um mercado de trabalho nacional propriamente capitalista, passou por uma diminuição dos empregos de carteira assinada e de aumento dos trabalhadores informais bem como por uma mudança na qualidade de oferta de emprego, uma vez que trabalhar de carteira assinada tende a oferecer ao trabalhador, ainda nos dias de hoje, uma série de contrapartes em favor da classe proletária. Dessa forma não é demasiado perceber que a situação do trabalhador brasileiro está cada vez mais precária diante da perda significativa da proteção social e do aumento da informalidade. Sabadini e Nakatani (2002)

⁴ Neste momento, valemo-nos, aqui, do conceito de informalidade segundo o qual os trabalhadores são assim denominados por comporem espaço laboral oposto ao chamado mercado de trabalho formal, esse, no Brasil, fortemente caracterizado no plano das ideias pela carteira de trabalho assinada e pela Consolidação das Leis Trabalhistas (SABADINI; NAKATANI, 2002).

⁵ No bojo da relação de acumulação capitalista, essa parcela do proletariado se caracteriza por estar disponível ao capital, sem ocupação permanente ou, ainda, em estado de pauperização. “[...] São os trabalhadores supérfluos, precários e temporários, mas que contribuem para a lógica da acumulação, pois pressionam o contingente de trabalhadores excedentes [...]” (OLIVEIRA, 2010, p. 279).

argumentam que essa situação precária em que o mercado de trabalho brasileiro se encontra advém do processo de desestruturação produtiva do mercado de trabalho iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso e que funcionou como elemento principal de redução de empregos, além de adotar políticas neoliberais⁶ que desencadearam a estagnação do crescimento econômico, o aumento do desemprego gerando desigualdade de classe, bem como refletindo de forma negativa no mundo do trabalho.

A informalidade, dessa forma, refletiu-se de diversas formas, mas se destacando em duas, a saber: as grandes e pequenas firmas com seus contratos e subcontratos e os pequenos negócios, trabalhadores por conta própria e assalariados sem carteira assinada. “Esse conjunto é denominado como um processo de mudanças estruturais da sociedade e não apenas como algo particular” (SABADINI; NAKATANI, 2002, p. 279)

De todo modo, como esse processo de precarização das relações laborais via aumento da informalidade, no Brasil, pode ser representado no plano da realidade concreta? De acordo com Sabadini e Nakatani (2002), é possível observar e mensurar o trabalho informal brasileiro pelas estatísticas oficiais do IBGE segundo duas métricas de todo relevantes para isso, quais sejam: uma que visa mensurar a quantidade de trabalhadores assalariados sem registro em carteira de trabalho assinada e outra que busca quantificar os trabalhadores ditos por conta própria. As duas formas de ocupação no mercado de trabalho nacional formam em seu conjunto um indicador de trabalho informal relevante.

Vale notar, ainda, que o aumento de pessoas que desempenham atividades por conta própria segundo Sabadini e Nakatani (2002), pode ser medido de acordo com o processo de desregulamentação do mercado de trabalho. Dessa forma, o trabalhador por conta própria se difere do trabalhador assalariado na esfera produtiva uma vez que a categoria assalariada está inserida de forma direta na divisão social e na exploração de mão de obra e sua produção de mais valia acontece de forma direta na esfera capitalista e o trabalhador por conta própria, por sua vez, se caracteriza mediante a superpopulação estagnada que acaba por exercer alguma atividade,

⁶ Toma-se aqui como exemplo de políticas neoliberais a privatização de empresas estatais, políticas de juros altos e o não oferecimento de estímulos direto às atividades econômicas específicas, que significa condenar as políticas industriais setoriais (SALLUM JR, 1999).

contribuindo indiretamente com a produção de mais valia e mantendo o sistema capitalista funcionando.

Prandi (1978) considera que alguns fatores levam as pessoas a entrarem nesse mundo informal, sendo a ausência de políticas públicas, as relações entre empregos assalariados e a oportunidade de ganhos superiores os mais observados, mas para além desses motivos, o trabalho por conta própria é visto como uma forma de retorno ao mercado de trabalho de pessoas que encontram dificuldades em buscar outro emprego ou de ingressar no mercado de trabalho. Não por acaso o conceito de “superpopulação estagnada” cunhado por Marx (2017) seja tão relevante na alocação teórica desse fenômeno.

De todo modo, considerando o mercado de trabalho e a forma de subordinação capitalista ao assalariamento, a renda dos trabalhadores por conta própria, de acordo com Prandi (1978), acaba por depender das atividades produtivas da economia capitalista, ou seja, pode sofrer alterações durante os ciclos econômicos que podem ser bons ou ruins, vai variar de acordo com o sistema econômico, ou seja, da mesma forma que o trabalhador assalariado precisa estar inserido em um ambiente de trabalho para receber seu salário todo mês, o trabalhador por conta própria depende de seus clientes, que em sua maioria são assalariados, logo é notório que a massa da superpopulação relativa para se manter ativa em suas atividades dependem expressivamente da massa de trabalhadores assalariados. Dito de outro modo, ainda que isso já tenha sido alertado anteriormente: os trabalhadores informais representados pela condição de trabalhadores por conta própria são funcionais e subsumidos pelo capital.

Outro aspecto levantado por Prandi (1978) é que assim como o trabalhador por conta própria, o trabalhador assalariado sem carteira assinada também se caracteriza de uma forma indireta na produção capitalista. Essa categoria não possui nenhuma representação sindical ou garantias de trabalho e de renda.

No que se refere ao tempo de permanência em atividade produtiva remunerada e não protegida, os autores Sabadini e Nakatani (2002) mostram que se tem uma rotatividade nessas ocupações, ou seja, são contratados para resolver determinados problemas e quando encerram as atividades são “descartados”.

2.3.2 A informalidade como solução para o mercado de trabalho

Levando-se em conta a realidade exposta no 2.3.1 busca-se aqui, entender como a informalidade foi simbolicamente construída como solução para o mercado de trabalho brasileiro da atualidade. Para isso, partiremos de ideias relevantes sobre as bases sociológicas que permitiram balizar o apoio ao chamado setor informal, algo apontado por Theodoro (2000) e, de acordo com o qual, esse conceito vem servindo como base para a criação de políticas públicas de apoio aos trabalhadores informais e abrindo caminho para ações pontuais do Estado brasileiro.

De antemão, é válido notar duas questões relevantes levantadas por Theodoro (2000) sobre a dita informalidade brasileira, a saber: 1. a conexão simbólica entre esse conceito e uma forma anterior de se pensar a realidade a desigualdade no mercado de trabalho capitalista; e, 2. a fragilidade do próprio conceito de informalidade enquanto algo cientificamente constituído.

Quanto ao primeiro ponto de acordo com Cacciamali (1983), o setor informal está alinhado em paralelo à oposição da dualidade “moderno-tradicional”, sendo utilizado como meio de justificar o problema do subemprego, ou seja, da baixa produtividade da mão de obra. Já em relação à segunda questão, percebe-se que esse conceito é alvo de uma fragilidade teórica, apontando para algo além de um processo intervencionista, mas uma crença em algo que passa a ser visto como permanente, regular e estável no mercado de trabalho nacional.

Dito isso, é importante destacar que o Brasil foi um dos países pioneiros a se ter uma ação governamental voltado para o dito setor informal. Tal ação, de acordo com Theodoro (2000), foi realizada através de três etapas distintas, as quais são descritas como abordagem técnica, abordagem política e abordagem subsidiária, cada qual descrita a seguir.

A abordagem técnica segundo Theodoro (2000), se iniciou em meados dos anos 1970, ainda com o projeto desenvolvimentista⁷ em evidência que via as atividades informais como um subproduto das transformações rápidas e violentas que as nações estavam sofrendo com o desenvolvimento urbano, ou seja, era visto como algo

⁷ [...] Processo de transformação do Brasil, onde se tinha o objetivo de mudar o Brasil da condição de país agrário e exportador para uma economia industrializada [...] (CAMPOS, 2011, p. 46)

passageiro, que iria se dissipar a longo prazo. Diante dessa visão existia uma política governamental direcionada para o setor informal na perspectiva de enfrentamento, ou seja, a informalidade era vista como algo a ser combatido. Assim, as ações do Estado eram voltadas para que houvesse a formalização das atividades informais.

Com base nessa perspectiva, Theodoro (2000) destaca dois organismos que tiveram uma participação importante no que se refere a introduzir a existência de um setor informal, sendo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH/IPEA)⁸ e a Superintendência do Governo do Nordeste (SUDENE).⁹ O primeiro passou a ser o porta voz da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dando enfoque ao conceito de Setor Informal e contribuindo para a criação de estratégias no âmbito da política de emprego e renda.

Já a SUDENE, contribuiu na realização de programas regionais de porte. Programas esses que eram baseados em um diagnóstico onde mostrava os limites da política de industrialização na geração de empregos necessários. Além desses programas regionais, se tinha uma rede de postos de atendimentos as categorias diversas de autônomos.

Na visão de Theodoro (2000), essa abordagem técnica tinha uma insuficiência no conhecimento do setor informal, principalmente em relação às atividades de pequena escala, além de se ter um grande distanciamento da realidade vivida nas ruas, onde se tem inúmeros comércios e pequenos serviços.

Por outro lado, já no que diz respeito à abordagem política, Theodoro (2000) destaca que na metade dos anos 1980 houve grandes mudanças no Brasil. Mudanças essas que deixaram consequências no plano econômico, aumentando o desemprego e o quantitativo de trabalhadores desprotegidos e/ou em trabalhos precarizados. Com o fim da ditadura e o processo inflacionário alto, se teve a necessidade de respostas ao desemprego, ao subemprego e aos baixos níveis de renda, situações essas que cresciam de forma alarmante, levando as políticas de empregos a se tornarem fundamentais no discurso do Estado no período de redemocratização.

⁸ Conselho Nacional de Recursos Hídricos – Ipea, responsável pela implementação de recursos hídricos no Brasil.

⁹ Superintendência do Governo do Nordeste, criada em 1959 e instaurada pela Lei nº 3.692 com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região.

Ao mesmo tempo, a ideia de um setor informal se ampliou e se transformou, deixando de ser visto como algo que iria se dissipar com o tempo, passando a ser uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores, uma resposta para a ausência de emprego. Dessa forma, Theodoro (2000) aponta que diferente da abordagem técnica, a abordagem política vai preconizar os objetivos e as prioridades da ação do Estado em relação ao informal, não se tratando assim apenas de formalizar o informal, mas de utilizar de suas potencialidades para enfrentar o desemprego.

Com essa mudança no cenário do país, as ações do Estado voltadas para o setor informal deixam de fazer parte das políticas complementares ao crescimento econômico, agora passa a ser vista como políticas sociais, ou seja, os programas que antes eram descritos como políticas de emprego, agora vão aparecer através de ações de apoio dentro da política social. Essa mudança acarretou no crescimento de programas de apoio, onde se tinha diversos organismos governamentais. Theodoro (2000) destaca instituições como o Ministério do Interior e organismos financeiros como a Caixa Econômica Federal, com o programa pró-autônomo.

Por fim, destaca-se a abordagem subsidiária, segundo a qual, de acordo com Theodoro (2000), começou a aparecer nos primeiros anos da década de 1990, onde os programas de apoio ao setor informal já tinham sido levados à exaustão. A omissão governamental ao apoio do setor informal e aos problemas sociais foram ficando cada vez mais forte, gerando a reação de alguns grupos organizados como terceiro setor, grupo de combate à fome e sociedade civil.

Diante dessa perspectiva Theodoro (2000) destaca a retomada da ideia do apoio ao setor informal, porém com uma nova base que seria a mobilização nacional contra a fome e a miséria. A campanha chamada de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, trazia uma nova forma de intervenção, onde a sociedade também poderia participar de forma ativa através de sindicatos de trabalhadores, repartições públicas entre outras organizações.

Nesse contexto, Theodoro (2000) aponta que o apoio ao setor informal vai reaparecer com foco na possibilidade de ser um meio de sobrevivência para a população pobre e vai ser tratado através de três instituições, Comunidade Solidária e o Programa Banco do Povo, o Ministério do Trabalho/Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) com o Programa de Geração de Renda (PROGER) e o

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seus programas: o BNDES – Trabalhador e o BNDES – Solidário.

Os três programas tinham como eixo central o crédito individual, através dos quais cada indivíduo era visto como um pequeno empreendedor em potencial. Theodoro (2000) aponta que essa ideia perpassava que cada indivíduo era capaz de identificar as melhores opções para o seu “negócio” e o mercado estava pronto para oferecer todas as oportunidades possíveis longe das amarras do Estado.

Theodoro (2000) reforça que a abordagem subsidiária traz uma sociedade civil mais ativa, porém com a visão liberal voltada para o apoio do setor informal, se tem o reforço do corporativismo, além de não se ter mais a erradicação da miséria como uma questão de interesse geral, o Estado não se coloca mais no papel de transformador, mas sim no papel de gestor, onde se governa a miséria e reduz os conflitos.

Dentro dessa perspectiva Theodoro (2000) destaca que alguns movimentos populares ficam de fora dos conselhos e não conseguem ser representados, levando a contradição entre sociedade real e sociedade representada. Dessa forma as ações que deveriam ser voltadas para esses grupos que são considerados mais necessitados, acabam não sendo formuladas e nem implementadas, deixando ainda mais evidente os problemas sociais.

Theodoro (2000) acaba por concluir que a abordagem subsidiária ultrapassa o clientelismo, chegando à categoria do corporativismo que atende grupos organizados da sociedade civil.

Tomando como base a ação governamental em direção ao setor informal no Brasil, é possível enfatizar que essas ações em uma perspectiva geral se enquadram em ações voltadas contra a pobreza, perpassando a ideia de transição, de reforma e se enquadrando na gestão da miséria. Assim, o setor informal que antes era visto como indesejável, passou a ser um instrumento de combate à pobreza se tornando traço característico de países como o Brasil.

3 METODOLOGIA

A pesquisa para Cervo e Bervian (2002) é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos, ou seja, ela surge através de uma dúvida e com o uso do método científico, busca a resposta para o determinado problema. Este aspecto também é comentado por Sampieri, Collado e Lucio (2013) que destacam a pesquisa como um processo sistemático, crítico e empírico, que podem ser aplicados em um determinado problema.

Em contraponto, Minayo (2002) aponta a pesquisa como uma indagação e construção da realidade, que apesar de ser uma prática teórica está vinculada diretamente ao pensamento e a ação, sendo assim, nada pode ser um problema intelectual se não tiver sido um problema da realidade.

Diante disso, a metodologia descreve o trajeto que o pesquisador vai percorrer durante o processo de pesquisa, sendo definida por Minayo (2002) como o caminho do pensamento até a prática. A mesma autora enfatiza que a metodologia também se constitui através das concepções teóricas de abordagem e o conjunto de técnicas que auxiliam na solução do problema.

A respeito disso, a pesquisa realizada a partir desse projeto teve natureza quali-quantitativa em virtude do seu problema, ou seja, como se deu o processo de trabalho dos ocupados em *food trucks* da praça de Jardim Camburi – Vitória/ES no ano de 2021?, bem como seu objetivo geral que se configura em analisar o processo de trabalho dos ocupados em *food trucks* da praça de Jardim Camburi – Vitória/ES e seus objetivos específicos que foram, elaborar um panorama local sobre a informalidade e investigar os trabalhadores capixabas sobre sua trajetória de vida laboral.

A pesquisa quali-quantitativa se enquadra no que Sampieri, Collado e Lucio (2013) chamam de métodos mistos, que representam processos sistemáticos e críticos referente a análise dos dados de natureza qualitativa e quantitativa. Essa integração de acordo com os autores, permite um maior entendimento do problema apresentado, além de possibilitar uma expansão no conhecimento obtido também facilita a amostragem dos dados, uma vez que se dá para apoiar um método com o outro.

Vale notar a contribuição de Creswell e Clark (2013) onde reforçam que o uso da pesquisa de métodos mistos proporciona mais evidências para o estudo e a elaboração das respostas do problema de pesquisa. Ainda nessa mesma linha de representações, destacam que o uso dos métodos mistos possibilita responder perguntas que não podem ser respondidas através do uso da pesquisa qualitativa e quantitativa de forma isolada. Dessa forma a combinação de uma abordagem compensa a fragilidade da outra, consolidando argumentos e reforçando a credibilidade dos resultados.

Em consonância com a natureza quali-quantitativa, a pesquisa foi descritiva, de acordo com a forma que o objeto de pesquisa observado e analisado. Dessa forma, vale frisar que a pesquisa descritiva, segundo Gil (2008), pode acontecer através do estabelecimento de relações entre as variáveis onde a mesma detém de métodos e técnicas padronizadas para a sua execução, tais como questionários e observação sistemática. Cervo e Bervian (2002) também apontam que a pesquisa descritiva além de coletar dados de forma padronizada, busca conhecer as diversas situações e relações que possam ocorrer no âmbito social, político, econômico e cultural da vida humana.

A pesquisa foi realizada em uma praça pública situada no bairro de Jardim Camburi – Vitória/ES, e teve como público-alvo os donos dos *foods trucks* que possuíam a permissão concedida pela Prefeitura de Vitória para o exercício dessa atividade.

As informações laborais referentes à pesquisa foram coletadas por meio de 1 entrevista aberta e 15 questionários estruturados dentro de um universo com 20 trabalhadores ocupados em *food trucks*. Conceituada por Cervo e Bervian (2002), a entrevista aberta pode ser pensada como uma conversa orientada com a finalidade de se obter dados para a pesquisa. De forma similar Gil (2008) aponta que a entrevista é um diálogo assimétrico, ou seja, também é orientado desde o início com o objetivo de modelar a conversa de acordo com o que é esperado.

Já em relação aos questionários, esses foram divididos em três partes, sendo a primeira referente às informações do permissionário, a segunda, ao *food truck* e, por último, a terceira, se referiu às condições e ao processo da respectiva atividade produtiva. Faz-se necessário, ainda, apontar o conceito de questionário definido por Gil (2008) como um conjunto de questões que visa coletar informações sobre assuntos específicos, como por exemplo, crenças e interesses. Isto vem de encontro

a ideia de Cervo e Bervian (2002) que também afirmam que o questionário usa de questões para obter respostas referente a um problema central.

Dessa forma, tanto o questionário quanto a entrevista foram aplicados aos donos dos *food trucks*, precedido do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que as informações possam ser utilizadas de forma correta e legalmente.

Tendo em vista a pronta coleta das informações referente ao processo produtivo dos ocupados em *food trucks*, buscou-se tabular os dados levantados de acordo com as questões previstas no questionário. A organização foi feita através do *software* SPSS, programa que analisa dados estatísticos, e a exposição dos mesmos se dará, neste trabalho, através de gráficos e tabelas, tornando possível a construção da análise do processo de trabalho do grupo pesquisado.

No que diz respeito a entrevista, foram descritas questões norteadoras relativas as condições e ao processo de trabalho dos ocupados em *food trucks*. A conversa foi gravada, transcrita e organizada em um quadro com a síntese de categorias construídas a partir das respostas dos entrevistados.

Os dados levantados através da entrevista foram analisados com o auxílio de análise de conteúdo juntamente com o uso da análise de dados em pesquisa qualitativa (BARDIN, 2003; GOMES, 2002). Com essa forma de tratamento dos dados é esperado alcançar conhecimentos além do que está sendo exposto, identificar além das aparências situações que reforçam a realidade entregue através do processo de trabalho do grupo pesquisado.

Os indivíduos participantes da pesquisa tiveram o sigilo garantido, sendo assim, como procedimento ético, não serão identificados os nomes dos mesmos. No que se refere a coleta de dados, como já foi mencionado, foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde o participante assinou e o pesquisador também, para que assim garantissem a confidencialidade e a privacidade dos dados utilizados.

Todos os resultados construídos a partir da presente pesquisa foram analisados sob a luz do problema de pesquisa e suas categorias teóricas, permitindo auxiliar na análise e na construção da conclusão do referente problema.

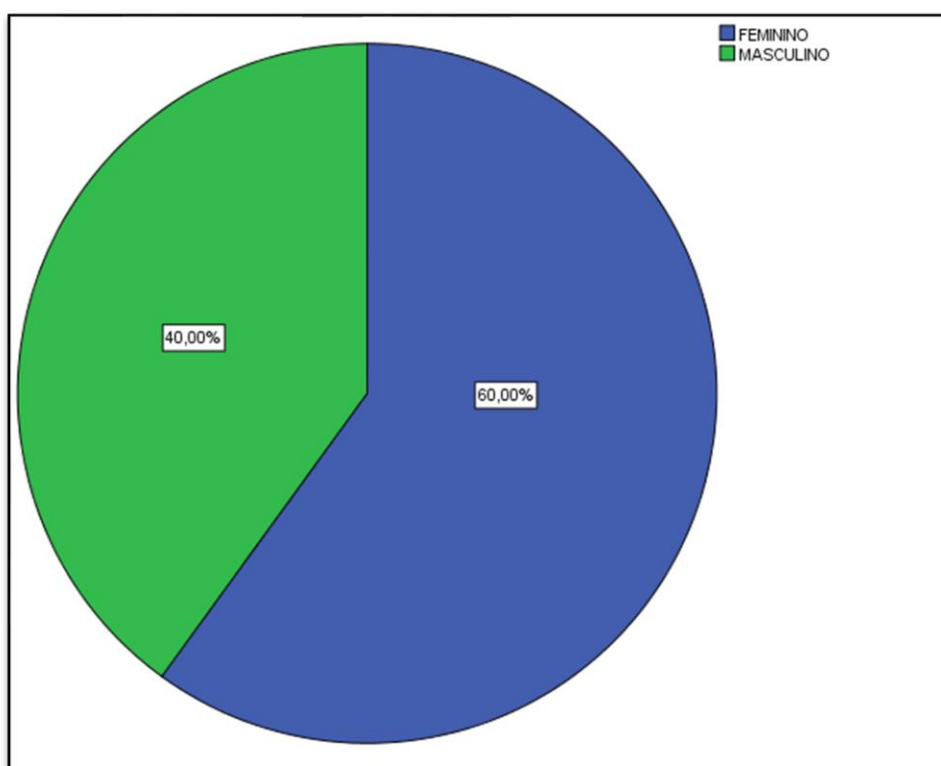
4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Será apresentado, aqui: 1. informações quantitativas, em forma de gráficos e tabelas, com algumas análises descritivas para melhor entender o processo de trabalho do grupo entrevistado; e, 2. descrição e análise da entrevista em profundidade.

4.1 INFORMAÇÕES GERAIS

O gráfico 01 expressa em valores percentuais a divisão por gênero dos indivíduos entrevistados. podemos observar, então, que o gênero feminino é a maior parte daquela população, ou seja, há uma maior inserção de mulheres nesse ramo do mundo do trabalho. Fato esse que, no Brasil, pode estar conectado com a ideia de que do ponto de vista do gênero, o trabalho doméstico voltado para a alimentação está socialmente associado às mulheres.

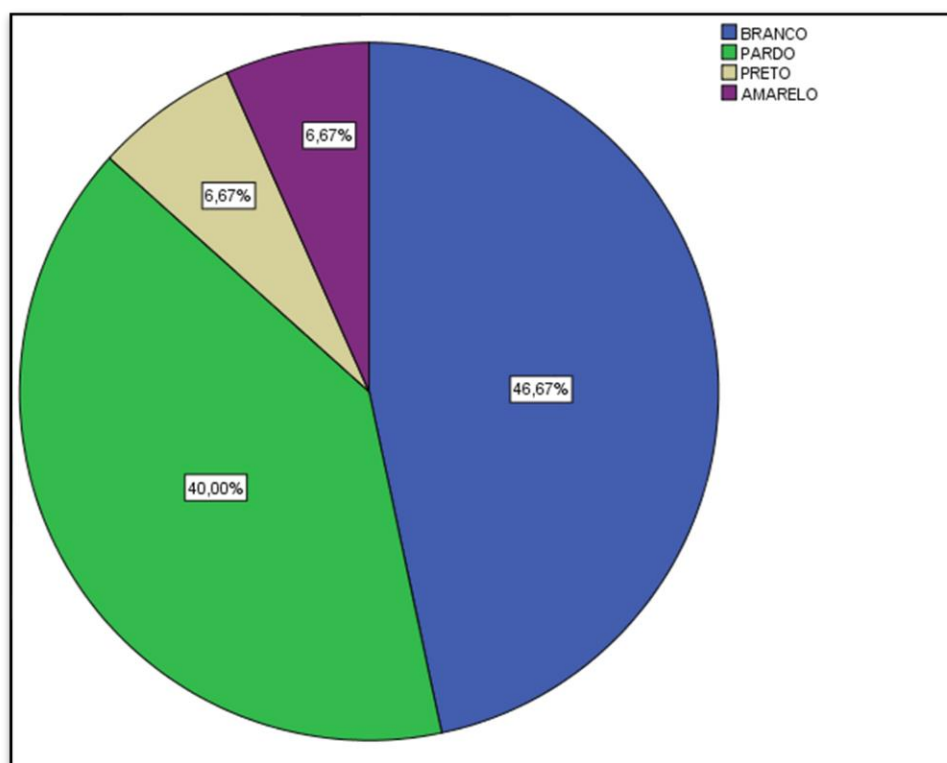
Gráfico 01 – Frequência percentual do gênero dos proprietários de *food trucks* – 2021 – Vitória



Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

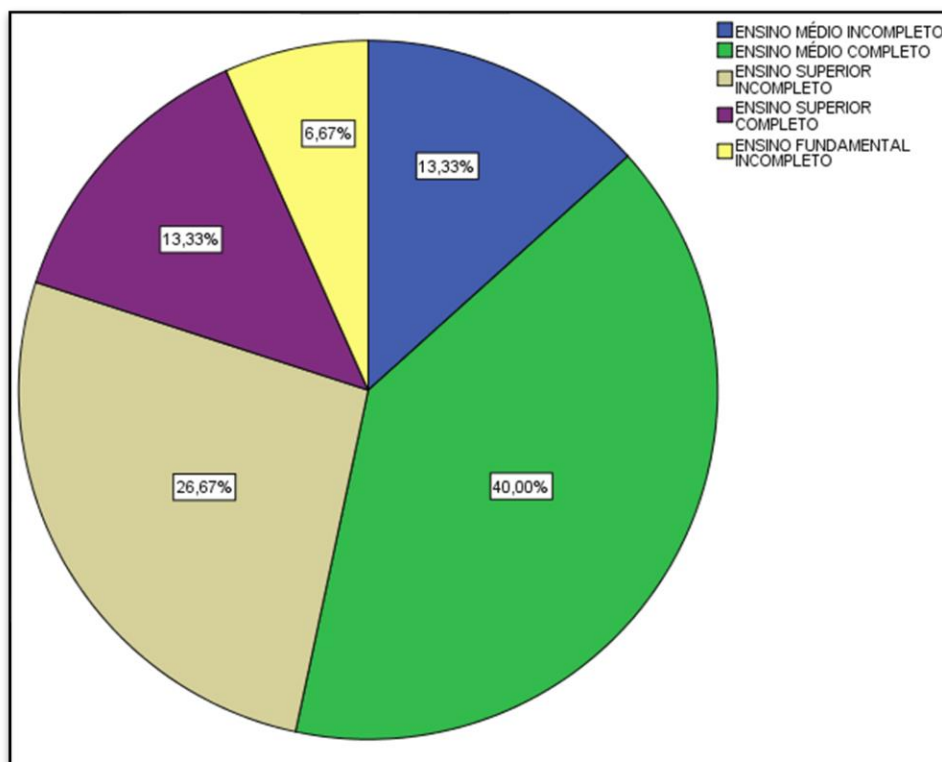
O gráfico 02 apresenta a classificação por cor dos entrevistados. Os dados apontam para uma maioria de sujeitos autodeclarados como brancos, mas o número de sujeitos que se declararam pretos e pardos chama atenção. Diante de um país cujo preconceito é evidente, vale considerar a problemática entre a distinção de pardos e pretos, uma vez que se tem um processo de “embranquecimento” da população por meio do qual pessoas pretas são representadas de acordo com o tom de pigmentação da pele. Dessa forma, pode-se considerar que o percentual de pretos e pardos expresso nesse dado se configure como um só. Mostrando então que os sujeitos entrevistados estão divididos em sua maioria entre pretos e brancos. Dito isso, somados os percentuais de pessoas pretas e pardas obtemos o mesmo percentual de pessoas autodeclaradas brancas, qual seja: 46,67%.

Gráfico 02 – Frequência percentual da cor dos proprietários de *food trucks* - 2021- Vitória



Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

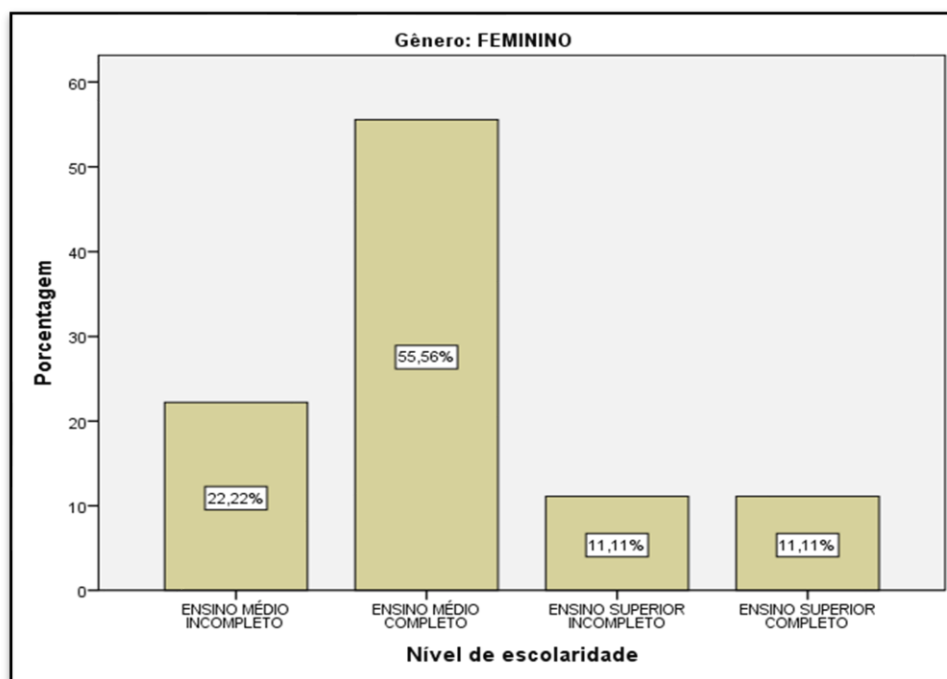
Gráfico 03 – Frequência percentual dos níveis de escolaridade dos ocupados em *food trucks* – 2021 – Vitória



Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

É expresso no gráfico 03 o nível de escolaridade dos indivíduos entrevistados, onde em sua maioria possuem o ensino médio completo, mas com boa representatividade nos outros níveis de escolarização, desde o ensino fundamental incompleto ao ensino superior completo. Posto isso, vale apresentar dados do nível de escolaridade em função da divisão por gênero. Segue-se, no gráfico 3.1, a informação referente ao gênero feminino

Gráfico 3.1 – frequência percentual dos níveis de escolaridade por gênero feminino dos proprietários de *food truck* – 2021 – Vitória

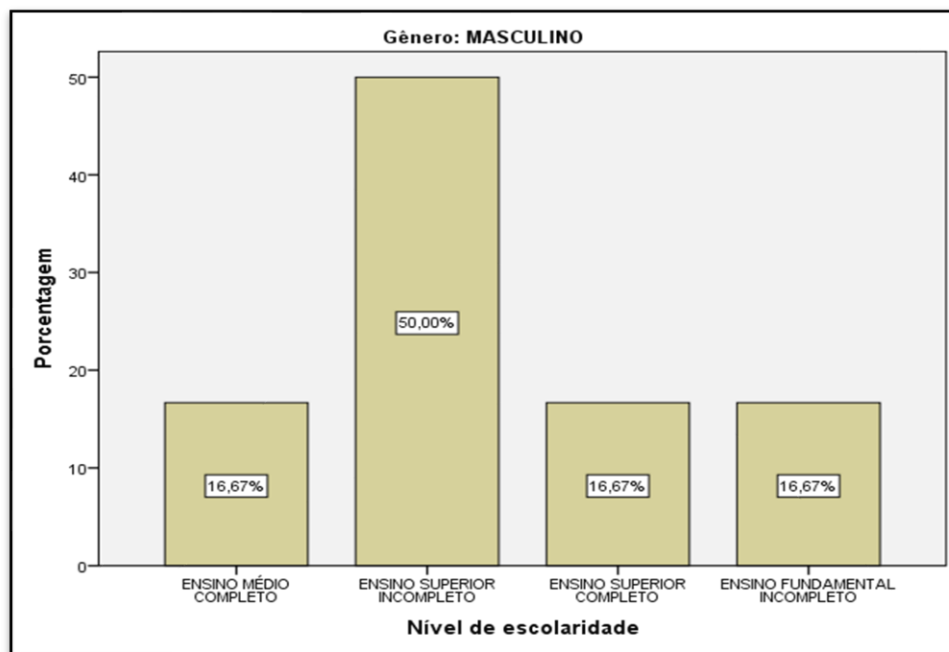


Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

Nota-se que o nível de escolaridade entre a maioria das mulheres está concentrado no ensino médio completo, porém acaba por se diluir nos ensinos médio incompleto, superior incompleto e superior completo.

No gráfico 3.2 será demonstrado os dados com base no gênero masculino

Gráfico 3.2 – Frequência percentual dos níveis de escolaridade por gênero masculino dos proprietários de *food trucks* – 2021 – Vitória



Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

No que se refere ao gênero masculino, os dados demonstram que o nível de escolarização dos sujeitos entrevistados concentra-se entre o ensino fundamental incompleto até o ensino superior completo, tendo uma alta acumulação no ensino superior incompleto.

Diante dos dados acima, é possível reforçar a análise de que as mulheres estão inseridas nesse ramo do mercado de trabalho por estarem vinculadas as atividades domésticas/familiares, configurando o motivo da baixa escolaridade expressa no gráfico 3.1, o que se difere do gênero masculino, que em sua maioria cursou o ensino superior, demonstrando que a entrada para homens e mulheres nesse mercado de trabalho acontece de forma desigual.

Gráfico 04 – Frequência percentual da faixa etária dos proprietários de *food trucks* – 2021 – Vitória

Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

Em relação as faixas etárias dos indivíduos entrevistados, temos uma maior concentração entre as idades de 30 até 39 anos e 40 até 49 anos. Quando se divide por gênero, é possível observar uma maior dispersão entre as idades das mulheres em relação as idades dos homens. Essas informações serão expostas na tabela 01, abaixo:

Tabela 01 – Faixa etária dos proprietários de *food trucks* – 2021 – Vitória

Gênero	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
F	44,67	9,192	27	58
M	34,50	3,391	31	39

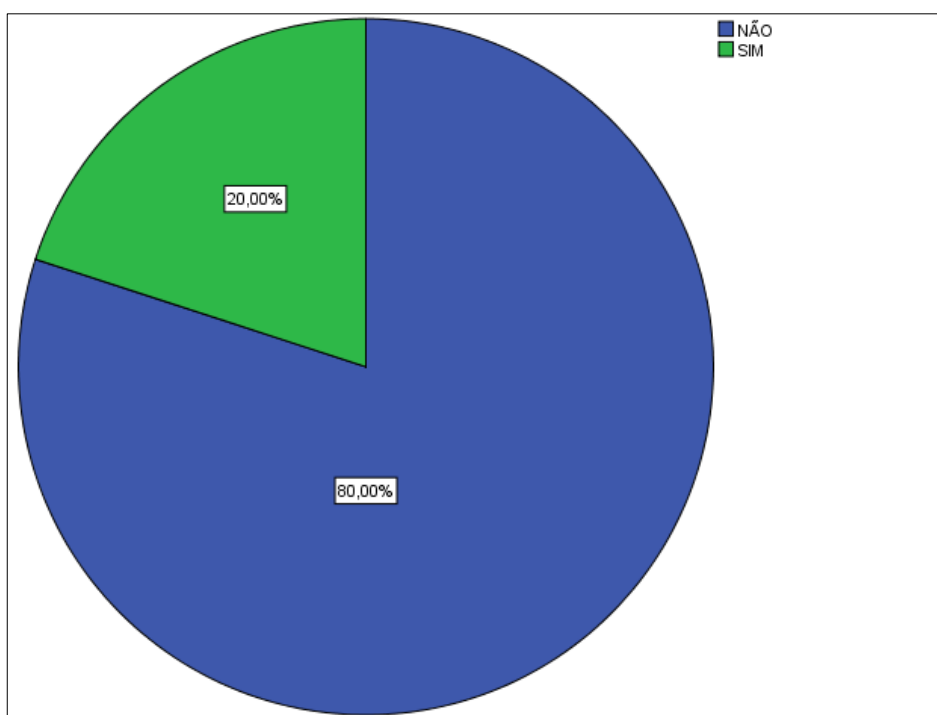
Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. elaboração própria.

Os dados apontam que a idade média dos indivíduos, tanto para mulher, quanto para o homem, se configura como uma idade produtiva, ou seja, pessoas com capacidade necessária para produzir ativamente dentro do mercado de trabalho. Outro dado importante é referente a idade em que as mulheres entram para o mundo do trabalho de rua e a idade em que as mesmas se desligam desse tipo de atividade. Nesse caso é importante destacar que as mulheres entram mais cedo, como exposto na idade mínima, 27 anos e permanecem muito mais tempo que os homens, podendo ser um

fato atrelado a falta de oportunidade dentro do mercado de trabalho, uma vez que se tem de forma evidente a desigualdade de gênero, reforçando mais uma vez o estereótipo de que mulher precisa estar à frente de trabalhos domésticos.

4.2 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

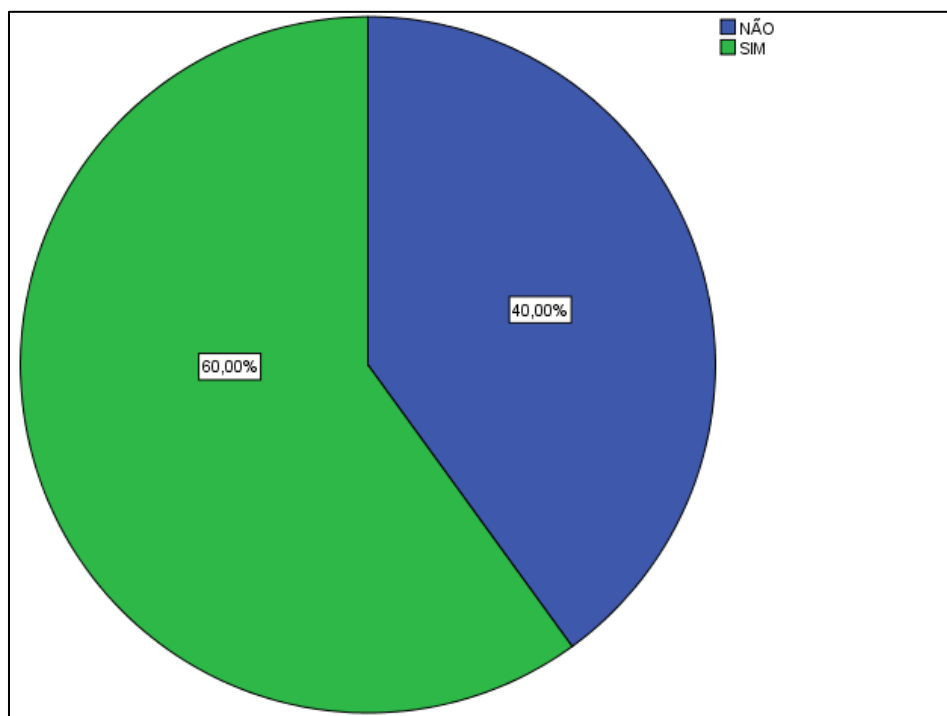
Gráfico 05 –Frequência percentual dos entrevistados em relação à ocupação em outra atividade laboral remunerada concomitante à atuação no *food truck* – 2021 – Vitória.



Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

O gráfico 05 demonstra que apenas 20% dos proprietários responderam ter outra ocupação. Importante frisar que essas ocupações não estão dentro do que se configura como trabalho formal com carteira de trabalho assinada e são concomitantes ao trabalho nos *food trucks*.

Gráfico 06 – Frequência percentual dos entrevistados em relação à ocupação com carteira assinada anterior ao trabalho realizado com o *food truck* – 2021 – Vitória.



Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

No que se refere ao trabalho com carteira assinada anterior ao trabalho com *food trucks*, o gráfico 06 expressa uma diferença em relação ao gráfico 05. Nesse dado é exposto que a maioria dos permissionários eram inseridos no mercado de trabalho em ocupações regidas pela carteira de trabalho assinada. Aqui, podemos fazer a seguinte pergunta: esses sujeitos foram “expulsos” de suas antigas ocupações laborais? Acreditamos que sim.

Em relação ao tempo de existência do *food truck*, a tabela 02i aponta os resultados por gênero:

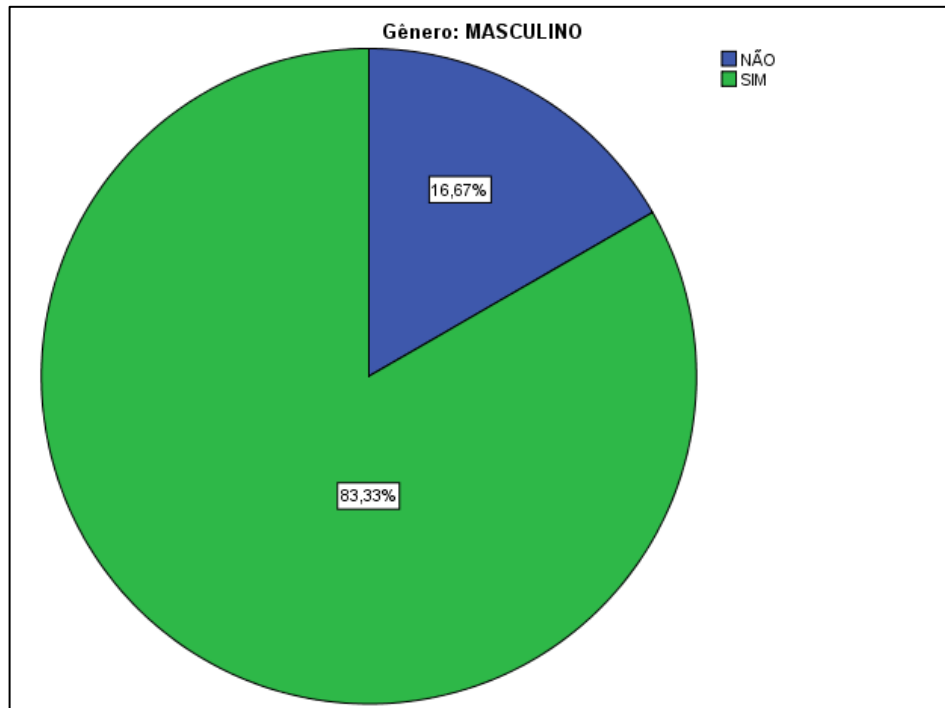
Tabela 02 – Tempo de existência do *food truck* – 2021 – Vitória

Gênero	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
F	5,59	8,53	,084	21,00
M	2,83	2,31	1,00	7,00

Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

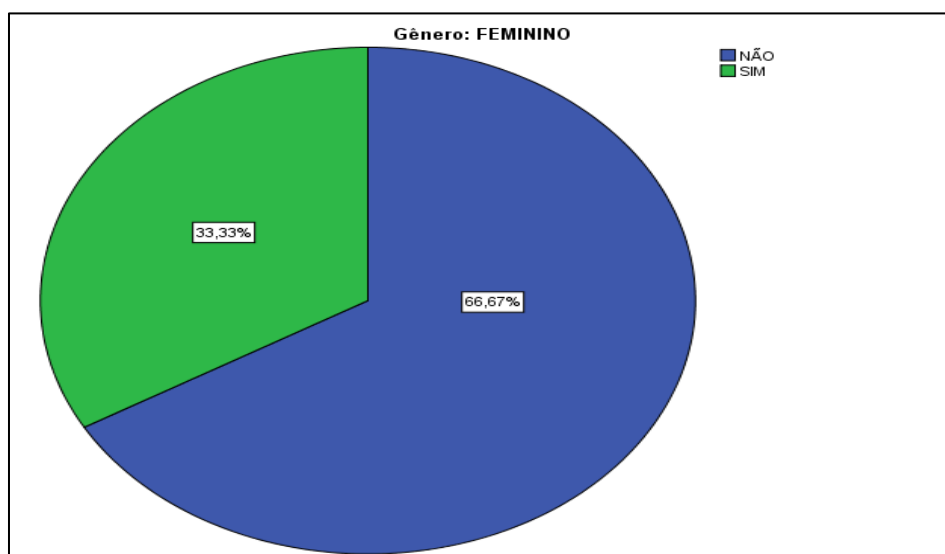
Diante desses resultados, é possível perceber que a existência em anos de um *food truck* vinculado ao gênero masculino é relativamente menor que o tempo do gênero feminino. Podendo ser uma situação onde possivelmente o homem escolhe estar nessa ocupação, reforçando a ideia da inserção de formas diferentes entre mulheres e homens nesse universo.

Gráfico 07 – Frequência em percentual dos entrevistados do gênero masculino em relação a outro negócio anterior ao *food truck* – 2021 – Vitória.



Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

Gráfico 08 – – Frequência em percentual dos entrevistados do gênero feminino em relação a outro negócio anterior ao *food truck* – 2021 – Vitória.



Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

Nos gráficos 07 e 08 se tem os percentuais dos indivíduos entrevistados que já possuíram outros negócios anterior ao *food truck*. Percebemos então que ao dividir por gênero temos em maioria homens que já possuíram um negócio antes, e no caso das mulheres, a maior parte nunca teve outro negócio além do *food truck*. Esses dados remetem novamente a desigualdade de entrada na vida laboral e como as mulheres são vistas dentro desse ramo do mercado de trabalho. Nesse sentido, os homens empreendedores de longo prazo e parecem pode escolher ingressar ou não nesse universo laboral, o que se difere entre as mulheres que, em sua maioria, estão dentro desse mercado “empreendedor” pela primeira vez.

4.3 CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO

Referente ao tempo de trabalho dos sujeitos entrevistados, a tabela 03 apresenta a quantidade de dias que cada permissionário dedica ao seu *food truck*.

Tabela 03 – Dias trabalhados dos ocupados em *food truck* – 2021 – Vitória

Gênero	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
--------	-------	---------------	--------	--------

F	5,00	,707	4,0	6,0
M	5,25	,758	4,0	6,00

Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

Percebe-se que não há diferença entre os gêneros no que se refere à quantidade de dias dedicados para a execução do trabalho nos *food trucks*. Essa, por mais óbvio que seja, foi a única variável entre todas as outras com essa semelhança de resultados entre gêneros.

Tabela 04 – Horas trabalhadas dos ocupados em *food trucks* – 2021 – Vitória

Gênero	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
F	11,66	12,000	5,0	18,0
M	10,91	10,000	8,0	16,0
Total	11,36	10,000	5,0	18,0

Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

Por outro lado, nada de igualdade quando se observamos a quantidade de horas trabalhadas entre gêneros. É notório que existe diferenças entre os gêneros, mostrando que as mulheres trabalham mais horas em relação aos homens. Porém, é notório que a quantidade de horas dedicadas ao funcionamento do negócio se torna alarmante, uma vez que esse serviço inclui várias atividades voltadas não só para o próprio *food truck*, mas também para fora do seu horário de funcionamento, como compras de produtos, manutenção, limpezas dos equipamentos e produção dos alimentos a serem comercializados. Mas para além dessas atividades, as mulheres precisam se preocupar com as suas tarefas domésticas, dobrando — ou triplicando? — assim a jornada de trabalho do gênero feminino.

Por fim, o local onde os permissionários efetuam seus serviços de produção e comercialização dos alimentos, é um local relativamente pequeno, com cerca de 04 metros quadrados, podendo ser visualizado na tabela 05.

Tabela 05 – Tamanho do *food truck* em metros quadrados

Tamanho m ²	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
	4,033	1,88	2,0	8,0

Fonte: Retirado do questionário aplicado aos proprietários dos *food trucks*. Elaboração própria.

Esses dados afirmam que as condições de trabalho dos ocupados em *food trucks* são precarizadas, extensas e com uma dupla jornada de trabalho, causando um ritmo acelerado de produção.

A partir das informações expostas nos gráficos, se tem a percepção do quanto a inserção das mulheres no mercado de trabalho informal acontece de forma desigual se comparado aos homens e como a sua jornada de trabalho se torna muito maior no que se refere ao trabalho doméstico. Outra questão importante, é referente as condições de trabalho desses proprietários, a quantidade de horas que são dedicadas ao funcionamento do *food truck*, expressa um mercado de trabalho que prioriza a produtividade sem medir as consequências que isso pode causar, levando a situações precárias de trabalho.

4.4 UMA ENTREVISTA REALIZADA COM PROPRIETÁRIO DE UM *FOOD TRUCK*.

Para melhor investigar o interior do processo de produção e como se dá a divisão de trabalho dentro do funcionamento de um *food truck*, foi realizado a entrevista com uma proprietária que está em funcionamento (até a presente data da entrevista) a 03 meses na praça de Jardim Camburi.

Segue então a primeira pergunta realizada:

“Para quem observa vocês lá na praça, nos *food trucks*, atuando lá no comércio. Parece que vocês sempre estiveram ali, parece que fazem parte daquele cenário. A partir disso, a primeira questão que gostaríamos que você comentasse, como foi a sua jornada até a montagem do *food truck*?”

Em resposta: *eu passei por 20 anos de empresa, antecede aí a 1 ano e 3 meses de food truck, eu trabalhava na indústria e não foi em função de pandemia. A justificativa ela foi de uma reestruturação da gerência. Foi o que constou na minha carta de demissão. [...] Bom, em 17 de setembro de 2020 eu fui demitida com a justificativa de que a gerência estava sendo reestruturada, que a dois anos antes da minha demissão, mais ou menos em 2018, veio uma diretriz da diretoria executiva que deveria demitir 10% do quadro de funcionários, e desse*

quadro de funcionários daquela gerencia que eu participava eu fui uma das escolhidas e ninguém sabe até então o porquê.

Visto que a entrevistada estava inserida em uma empresa, compondo uma categoria formal de trabalho assalariado, se faz necessário resgatar o que Harvey (2013) aborda em sua passagem sobre a acumulação flexível. Diante de um mercado de trabalho com inovações tecnológicas, é comum a diminuição da força de trabalho humana dentro das empresas. Pegando a demissão da entrevistada como exemplo claro da reestruturação produtiva e suas consequências, temos então uma mulher desempregada que por conta da desigualdade de gênero dentro do mercado de trabalho, se encontra em situação difícil para retomar suas atividades no âmbito formal.

Como meu ritmo dentro da empresa era a parte operacional, eu senti essa diferença, esse impacto da batida de ter um food truck, de mexer com a parte da alimentação. Porque não só o período de por exemplo de 17h até as 22h que aquilo ali acontece. A gente não trabalha só naquele momento ali, é de segunda a segunda.

Ainda seguindo a resposta da primeira pergunta, nota-se a diferença entre o ritmo de trabalho no âmbito formal para o informal. Aqui se insere sobre a jornada extensa de trabalho e a necessidade de se manter uma atividade alternativa para sobreviver.

A segunda pergunta: “Você até já adiantou um pouco da pergunta que é assim: como é o seu dia a dia em função das atividades laborais em torno do *food truck*, a organização, a jornada, seu movimento todo em função do funcionamento do *food truck*?”

Em resposta: *então é 24 horas. Eu que preciso fazer o fechamento da semana, eu preciso repor estoque, eu preciso pensar na época que está chegando, que agora é o verão e a tendencia e entrar em férias e aí eu já vou precisar de pessoas para estar comigo ali me auxiliando. Eu tenho que observar o que está dando certo e o que não está. Eu sou o operacional, eu faço a gestão [...] eu faço tudo, eu sou o começo, meio e fim dessa jornada de trabalho.*

É notório a intensificação da exploração da força de trabalho. Expressa-se também o trabalho realizado sem nenhuma garantia de segurança, uma vez que a entrevistada se enquadra no trabalho informal e as leis trabalhistas não são aplicadas a ela.

A terceira pergunta: “A dimensão familiar conta muito nessa vida laboral? Eu não sei se você tem filhos, marido, não sei como é a sua vida familiar, mas isso pesa muito, pensando a questão da atenção ao *food truck*? Como que é essa relação?”

Em resposta: *Eu tenho algo que está me gerando uma receita e que me proporciona a ajudar nas contas de casa, em contra partida, eu não tenho mais final de semana com a família.*

Então, aí é quando começa acontecer, a questão é que à medida que o tempo passa você vai trabalhando o seu negócio, melhorando o seu negócio para que você consiga programar para ter esse momento com a sua família. mas o começo dele é extremamente sugador. [...] Existe sim esse conflito de como é que eu estou atendendo a minha família. eu sei que em vários momentos eu estou faltando, principalmente nos finais de semana. porque a rotina é, durante a semana, todo mundo está fora de casa, principalmente a parte da manhã. [...] . Então eu penso nisso e é por isso que vem a pergunta “como é que eu posso melhorar para que eu consiga amenizar isso daí?”.

Antunes (2001) apresentou sobre a inserção do trabalho feminino dentro do mundo produtivo como um trabalho precarizado e intensivo. O que expressa na resposta obtida é exatamente isso, a mulher desde que conseguiu espaço no mercado de trabalho luta contra a precarização e a jornada longa de trabalho. Além de ter sempre que mediar essa relação entre trabalho/família, gerando cobranças no que se refere ao “papel” da mulher referente às atividades domésticas.

A última pergunta: “Nesse meio tempo você não tem só a jornada de trabalho do *food truck*, você tem uma jornada de trabalho fora do *food truck*?”

Em resposta: *sim, eu sou a dona de casa né.*

Com base na última resposta obtida, pode-se alinhar ao que Antunes (2001) fala em relação ao trabalho da mulher, ou seja, sua dupla jornada de atividades, dentro e fora do trabalho. Sendo assim, é duplamente explorada pelo capital, pois além de exercer no espaço público, o seu trabalho produtivo, exerce no âmbito privado – sua casa – a reprodução de um trabalho que está ligado diretamente a reprodução da força e trabalho de seu marido e filhos. Antunes ainda reforça que sem essa reprodução a esfera social do capital estaria inviabilizada.

Com base nas informações obtidas através da entrevista, fica bem nítido que o processo de trabalho de um proprietário de *food truck* é extremamente cansativo e precário. Retrata todo o quadro que vem se perdurando desde 1970 com o início da acumulação flexível, demonstrando como o trabalho informal oferta uma “falsa ilusão” de que uma vida laboral fora das leis trabalhistas vigentes se torna melhor, principalmente quando carregam o título de “empreendedor”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que o universo do trabalho informal mesmo sendo visto como uma categoria que não está inserida nas leis trabalhistas e remete a uma forma de exploração acentuada, tem crescido de forma significativa desde o período que se iniciou a flexibilização das relações de trabalho. Dessa forma, tal trabalho nos dias atuais é visto como um caminho para se tornar empreendedor, uma vez que se tem aumentado diversos meios para investir no próprio negócio, além das outras atividades que se configuram como trabalho por conta própria.

Atividades essas que tendem a não seguir um horário fixo e por isso leva ao trabalhador a ideia de que é um ramo mais flexível e permite que o mesmo faça seus horários e ganhe mais tempo para aproveitar o dia. O que não fica explícito é a forma como essas atividades são realizadas, não oferecem ao trabalhador uma segurança, pois são empregos de baixa remuneração, com ausência de proteção sindical, estão fora das leis vigentes em relação aos direitos trabalhistas.

Dessa forma, ao analisar o processo de trabalho de um pequeno universo de trabalhadores informais, ficou mais nítido essas preocupações. Se faz necessário aqui mencionar a necessidade de se ter mais políticas públicas com características de geração de rendas para esse público, podendo talvez, melhorar as condições de trabalho e diminuir o desemprego que tem levado muitos trabalhadores a buscarem alternativas instáveis para manter sua sobrevivência.

Outro fator importante a ser levantado, é o perfil desses trabalhadores, onde temos em sua maioria mulheres, que se enquadram em um nível de escolaridade baixo, podendo ser consequência do sistema patriarcal que é vigente no país, onde faz com que a figura da mulher seja voltada para o trabalho familiar, ainda que se tenha ganhado espaço dentro das empresas, a mulher muitas das vezes é posta em um local apenas de trabalho doméstico, que cuida da família, fazendo com que não se tenha tanto espaço dentro das indústrias.

Quando se fala dessa perda de espaço dentro do sistema trabalhista, é possível perceber a jornada dupla que a mulher tem, pois a mesma precisa dar conta do seu trabalho doméstico, mas ao mesmo tempo precisa trabalhar fora de casa para ajudar na renda. Além disso, se tem a exaustão e a sobrecarga por ser responsabilizada por inúmeras coisas, como filhos, casa, comida, trabalho e família. Isso dificulta a inserção da mulher em um nível maior de escolaridade, resultando um impacto na sua forma

de gerar renda, ou seja, o mercado de trabalho se torna cada vez mais estreito levando a mulher a buscar outras formas de atividades, como o mercado de trabalho de rua através dos *food trucks*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pauline. Informalidade volta a crescer e ajuda a derrubar renda no país, aponta IBGE. **CNN Brasil**. Rio de Janeiro, 21 de mar. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/informalidade-volta-a-crescer-e-ajuda-a-derrubar-renda-no-pais-aponta-ibge/>>. Acesso em 24 de maio de 2022.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2003.

CACCIAMALI, M.C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1983. N. 26. Tese de doutorado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

CAMPOS, M.C. O projeto nacional desenvolvimentista, a dinâmica da agricultura e as configurações espaciais – 1964 a 1979. **Espaço aberto, PPGG**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 45-62, 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2002.

COLODETI, V.; LEITE, I. Microcrédito, informalidade e “combate à pobreza”. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), n. 24, p. 385-406, jul/dez, 2012.

COSTA, D.O.; TAMBELLINI, A.T. A visibilidade dos escondidos. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, n. 19, ed. 04, p. 953-968, 2009.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. São Paulo: Penso, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 67-79.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HOBBSBAWN, E. **A era das revoluções**. 38. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques>>. Acesso em 24 de maio de 2022.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política livro 1**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, E. A. Superpopulação relativa e “nova questão socia”: um convite às categorias marxianas. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 276-283, jul/dez. 2010.

OLIVEIRA, E.M. Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias. **Caminhos da geográfica**, Uberlândia, v.6, n. 11, p. 84-96, fev. 2004.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PRANDI, J. R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, v. 14, 1978.

SABADINI, M.S.; NAKATANI, P. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**. Espírito Santo, v. 8, n. 2, p. 265-290, jul. 2002.

SALLUM JR. B. O Brasil sob Cardoso. Neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Revista Sociol. Tempo Social**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso, 2013.

SEBRAE. **Os donos de negócios no Brasil**: análise por faixa de renda (2003-2013). Brasília: Sebrae, 2015.

SOARES, M.A.T. **Trabalho Informal**: da Funcionalidade à Subsunção ao capital. Vitória da Conquista: edições UESB, 2008.

THEODORO, M. As bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil. **Ministério do planejamento, orçamento e gestão**. Brasília, p. 07 - 18, setembro 2000.

VITÓRIA, Lei Nº 8.809, de 27 de Maio de 2015. **Regras para comercialização de alimentos em veículos automotores – “Food Truck”**. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=284275>>. Acesso em 24 de maio de 2022.

VITÓRIA. Decreto nº 16381, de 07 de agosto de 2015. Regulamenta a Lei nº 8.809 de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em veículos automotores – “food trucks”. Vitória, 2015. Disponível em <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=301677>>. Acesso em 24 de maio de 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Eixo:

Dimensões da vida laboral de um trabalhador de rua proprietário de um food truck;

Dimensões:

- 1) A vida pregressa do proprietário do *food truck* (a jornada até o *food truck*);
- 2) As atividades executadas pelo proprietário do *food truck* (organização do trabalho, jornada de trabalho, trabalho oculto, quem atua no trabalho, espaço domiciliar X espaço laboral, vida pessoal X vida laboral);
- 3) As relações e as redes laborais (convivência com outros proprietários de *food truck*, rede de apoio);
- 4) A autoimagem laboral (como se vê: empreendedor, trabalhador, empresário);
- 5) As expectativas de um proprietário de *food truck* (futuro laboral, onde espera estar, o que espera alcançar);

Apresentação:

Boa tarde, tudo bem? Meu nome é Samara, aluna do Centro Universitário Salesiano e estou em processo de pesquisa sobre a o processo de trabalho dos proprietários dos food trucks da praça de Jardim Camburi – Vitória/ES. Essa pesquisa faz parte do processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para o curso de Serviço Social do Centro Universitário Salesiano. Suas repostas serão muito úteis para nossa pesquisa! Lembrando que o áudio de suas respostas será gravado e sua identidade será totalmente preservada no anonimato.

Questões norteadoras:

- 1 Para quem a observa no *food truck* pode parecer que você está ali desde sempre. Dito isso, uma primeira questão que gostaríamos que você comentasse é: como foi a sua jornada até a montagem do *food truck*? Como você chegou até o seu *food truck*?

2 Falando agora sobre as suas atividades a frente de um *food truck*, como é o seu dia a dia em função de suas atividades laborais em torno do *food truck*? Organização, jornada, espaço domiciliar de trabalho;

3 Na praça onde apliquei o seu questionário, há muitas pessoas atuando em *food truck*, naquele dia perguntei como seriam as relações entre vocês. Faço essa pergunta para você: como é a relação entre vocês vizinhos de atuação em *food trucks*? São unidos, dispersos, organizados, solidários, competitivos?

4 Levando-se em conta a sua vida laboral no *food truck*, sua atuação a frente de um *food truck*, como você se define quando se vê atuando em um *food truck*? Dona, proprietária, trabalhadora, empresária, empreendedora;

5 Agora sobre o futuro, quais são suas expectativas para o futuro em relação à sua vida laboral? O que você deseja para o seu futuro? Onde/o que você gostaria de estar/alcançar, no futuro?

6 Última questão: você poderia apontar 3 pontos negativos e 3 pontos positivos de se trabalhar em um *food truck*?

Muito obrigado pelas informações, serão de muito utilidade para nossa pesquisa. Pergunto se podemos manter contato, caso haja alguma coisa a ser esclarecida ou algum?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Questionário – Processo de trabalho dos ocupados em *food trucks*.

Questão 1 – Gênero

Marque apenas uma oval

☐ Feminino

☐ Masculino

☐ Outros

Questão 2 – Idade

Questão 3 – Cor ou Raça

Marque apenas uma oval

☐ Preta

☐ Branca

☐ Parda

☐ Amarela

☐ Indígena

Questão 4 – Nível de escolaridade

Marque apenas uma oval

☐ Ensino fundamental incompleto

☐ Ensino fundamental completo

☐ Ensino médio incompleto

- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior (graduação) incompleto
- ☐ Ensino superior (graduação) completo
- ☐ Ensino de pós-graduação incompleto (mestrado ou doutorado)
- ☐ Ensino de pós-graduação completo (mestrado ou doutorado)

Questão 5 – Além da ocupação como proprietário do food truck, você conta, atualmente, com outra ocupação remunerada?

Marque apenas uma oval

- ☐ Sim *pular para a pergunta 5.1*
- ☐ Não *pular para a pergunta 6*

Questão 5.1 – Essa outra ocupação remunerada é regida por carteira de trabalho assinada?

Marque apenas uma oval

- ☐ Sim *pular para a pergunta 5.1.1*
- ☐ Não *pular para a pergunta 6*

Questão 5.1.1 – A quanto tempo você vem realizando, ao mesmo tempo, essa ocupação com carteira de trabalho assinada com a ocupação em seu food truck?

Marque apenas uma oval

- ☐ A menos de 1 ano
- ☐ Entre 1 e 2 anos
- ☐ Entre 3 e 4 anos
- ☐ A mais de 5 anos

Questão 6 – Antes de você estabelecer o seu food truck, você já trabalhou com carteira de trabalho assinada?

Marque apenas uma oval

- ☐ Sim *pular para a pergunta 6.1*
- ☐ Não *pular para a pergunta 7*

Questão 6.1 – Por quanto tempo atuou no mercado de trabalho com carteira de trabalho assinada antes de atuar em seu food truck?

Marque apenas uma oval

- ☐ Por até 1 ano
- ☐ Entre 1 e 2 anos
- ☐ Entre 3 e 4 anos
- ☐ Entre 5 e 6 anos
- ☐ Por mais de 7 anos

Questão 7 – Qual é o tempo, em anos, de existência do seu food truck?

Marque apenas uma oval

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ Entre 1 e 2 anos
- ☐ Entre 3 e 4 anos
- ☐ Entre 5 e 6 anos
- ☐ Entre 7 e 8 anos
- ☐ Entre 9 e 10 anos
- ☐ Acima de 11 anos

Questão 8 – Você já foi proprietário de outros negócios antes de ser proprietário do seu food truck?

Marque apenas uma oval

- ☐ Sim *pular para a pergunta 8.1*
- ☐ Não *pular para a pergunta 9*

Questão 8.1 – Quantas vezes você já atuou em negócio próprio?

Marque apenas uma oval

- ☐ 1 vez
- ☐ 2 vezes
- ☐ 3 vezes
- ☐ 4 vezes
- ☐ 5 ou mais vezes

Questão 9 – Qual é o registro fantasia/nome de seu food truck?

Questão 10 – Em quais locais, geralmente, seu food truck atua?

Questão 11 – Geralmente, quantos dias da semana seu food truck entra em funcionamento?

Marque apenas uma oval

- ☐ 1 dia por semana
- ☐ 2 dias por semana
- ☐ 3 dias por semana
- ☐ 4 dias por semana
- ☐ 5 dias por semana
- ☐ 6 dias por semana
- ☐ Todos os dias por semana

Questão 12 – Quantas horas diárias de trabalho, em média, você dedica ao funcionamento do food truck?

Marque apenas uma oval

- ☐ Até 1 hora por dia, em média
- ☐ Entre 1 e 2 horas por dia, em média
- ☐ Entre 2 e 3 horas por dia, em média
- ☐ Entre 3 e 4 horas por dia, em média
- ☐ Entre 4 e 5 horas por dia, em média
- ☐ Entre 5 e 6 horas por dia, em média
- ☐ Entre 6 e 7 horas por dia, em média
- ☐ Entre 7 e 8 horas por dia, em média
- ☐ Entre 8 e 9 horas por dia, em média
- ☐ Entre 9 e 10 horas por dia, em média
- ☐ Entre 10 e 11 horas por dia, em média
- ☐ Entre 11 e 12 horas por dia, em média
- ☐ Entre 12 e 13 horas por dia, em média
- ☐ Entre 13 e 14 horas por dia, em média
- ☐ Entre 14 e 15 horas por dia, em média
- ☐ Acima de 15 horas

Questão 13 – Qual é o tamanho aproximado, em metros quadrados, da área efetiva de trabalho de seu food truck?

Questão 14 – Seu food truck conta com funcionários com carteira de trabalho assinada?

Marque apenas uma oval

☐ Sim *pular para a pergunta 14.1*

☐ Não *pular para a pergunta 15*

Questão 14.1 – Quantos funcionários?

Marque apenas uma oval

☐ 1 funcionário

☐ 2 funcionários

☐ 3 funcionários

☐ 4 funcionários

☐ Acima de 5 funcionários

Questão 14.1.1 – Esse(s) funcionário(s) pertence(m) ao seu núcleo familiar (cônjuge ou filhos)?

Marque apenas uma oval

☐ Sim

☐ Não

Questão 15 – Seu food truck conta com funcionários sem carteira de trabalho assinada?

Marque apenas uma oval

☐ Sim *pular para a pergunta 14.1*

☐ Não *pular para a pergunta 16*

Questão 15.1 – Quantos funcionários?

Marque apenas uma oval

☐ 1 funcionário

- ☐ 2 funcionários
- ☐ 3 funcionários
- ☐ 4 funcionários
- ☐ Acima de 5 funcionários

Questão 15.1.1 – Esse(s) funcionário(s) pertence(m) ao seu núcleo familiar (cônjuge ou filhos)?

Marque apenas uma oval

- ☐ Sim
- ☐ Não

Questão 16 – Seu food truck conta com sócios?

Marque apenas uma oval

- ☐ Sim *pular para a pergunta 16.1*
- ☐ Não *pular para a pergunta 17*

Questão 16.1 – Quantos sócios?

Marque apenas uma oval

- ☐ 1 sócio
- ☐ 2 sócios
- ☐ 3 sócios
- ☐ Acima de 4 sócios

Questão 16.1.1 – Esse(s) sócio(s) pertence(m) ao seu núcleo familiar (cônjuge ou filhos)?

Marque apenas uma oval

- ☐ Sim
- ☐ Não

Questão 17 – Qual é o rendimento aproximado em número de salários mínimos obtido por meio do trabalho que você exerce em seu *food truck*?

Marque apenas uma oval

- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ Entre 1 e 3 salários mínimos
- ☐ Entre 4 e 5 salários mínimos
- ☐ Entre 6 e 7 salários mínimos
- ☐ Entre 8 e 9 salários mínimos
- ☐ Entre 10 e 11 salários mínimos
- ☐ Entre 12 e 13 salários mínimos
- ☐ Entre 14 e 15 salários mínimos
- ☐ Entre 16 e 17 salários mínimos
- ☐ Entre 18 e 19 salários mínimos
- ☐ Acima de 20 salários

Questão 18 – Você costuma separar/calcular o lucro efetivo do faturamento obtido por meio do seu *food truck*?

Marque apenas uma oval

- ☐ Sim
- ☐ Não

Questão 19 – Você paga algum valor específico (para a Prefeitura Municipal de Vitória) pela permissão de uso e funcionamento do seu *food truck*?

Marque apenas uma oval

☐ Sim *pular para a pergunta 19.1*

☐ Não *pular para a pergunta 20*

Questão 19.1 – Qual o valor e com qual frequência esse pagamento é feito?

Questão 20 – Você, por ser proprietário de um negócio, recebe algum tipo de incentivo/desconto governamental para a aquisição/manutenção do automóvel que serve de meio para o *food truck*?

Marque apenas uma oval

☐ Sim *pular para a pergunta 20.1*

☐ Não *pular para a pergunta 21*

Questão 20.1 – Qual(is) o(s) incentivo(s)/desconto(s)?

Questão 21 – Você participa ou já participou de algum curso de capacitação/treinamento sobre negócios, empreendedorismo, gestão etc.?

Marque apenas uma oval

☐ Sim *pular para a pergunta 21.1*

☐ Não

Questão 21.1 – Esse curso foi ou está sendo disponibilizado pela iniciativa pública (Governo do Estado, Prefeitura etc.)?

Marque apenas uma oval

☐ Sim ☐ Não

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)



Processo de trabalho dos ocupados em *food trucks*

Centro Universitário Salesiano

Curso de Serviço Social

Tempo aproximado de respostas: 08 minutos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa referente ao “processo de trabalho dos ocupados em *food trucks* da praça de Jardim Camburi – Vitória/ES” por meio desse questionário.

Os resultados dessa pesquisa permitirão compreender como se deu o processo de trabalho dos trabalhadores desse ramo profissional.

Suas respostas serão enviadas automaticamente a graduanda Samara Aparecida do Carmo Rodrigues, vinculada ao corpo discente do curso superior de Serviço Social do Centro Universitário Salesiano.

Esse questionário não solicita sua identificação, garantindo seu anonimato total durante todos os processos de análises e divulgação dos resultados desta pesquisa.

Os dados coletados aqui constituirão um banco de dados que ficará sob a guarda do pesquisador durante cinco anos, podendo, eventualmente, ser utilizados em pesquisas futuras. Depois desse prazo, os dados serão destruídos.

Os possíveis riscos são a manifestação de embaraço ou constrangimento ao responder o questionário, situações nas quais o participante poderá interromper ou desistir de participar. A decisão em não participar da pesquisa não acarretará nenhum

tipo de constrangimento. Além disso, o participante poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo ou danos. A qualquer momento, o participante poderá fazer perguntas ao pesquisador, que têm obrigação de prestar os devidos esclarecimentos. Caso não se esclarecido, você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Salesiano pelo telefone (27) 3331-8500 ou através do endereço: Avenida Vitória nº 950. Bairro Forte São João. Vitória (ES). Cep.: 29.017-950, bem como através do e-mail: vcolodeti@gmail.com e rodriiguessamaraa@outlook.com.

Garantimos que este Termo de Consentimento será seguido e que responderemos a quaisquer questões colocadas pelo participante.

Prof. Dr. Vicente de Paulo Colodeti – SERVIÇO SOCIAL/SALESIANO.

Orientanda graduanda Samara Aparecida do Carmo Rodrigues – SERVIÇO SOCIAL/SALESIANO.

Declaro que li os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que posso interromper minha participação a qualquer momento. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para os propósitos acima descritos. Para participar da pesquisa, é necessário que você concorde com o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Você concorda em participar desta pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

☒ Sim ☐ Não

X

Prof. Dr. Vicente de Paulo Colodeti

X

Participante

X

Orientanda Graduanda Samara Ap. do Carm...